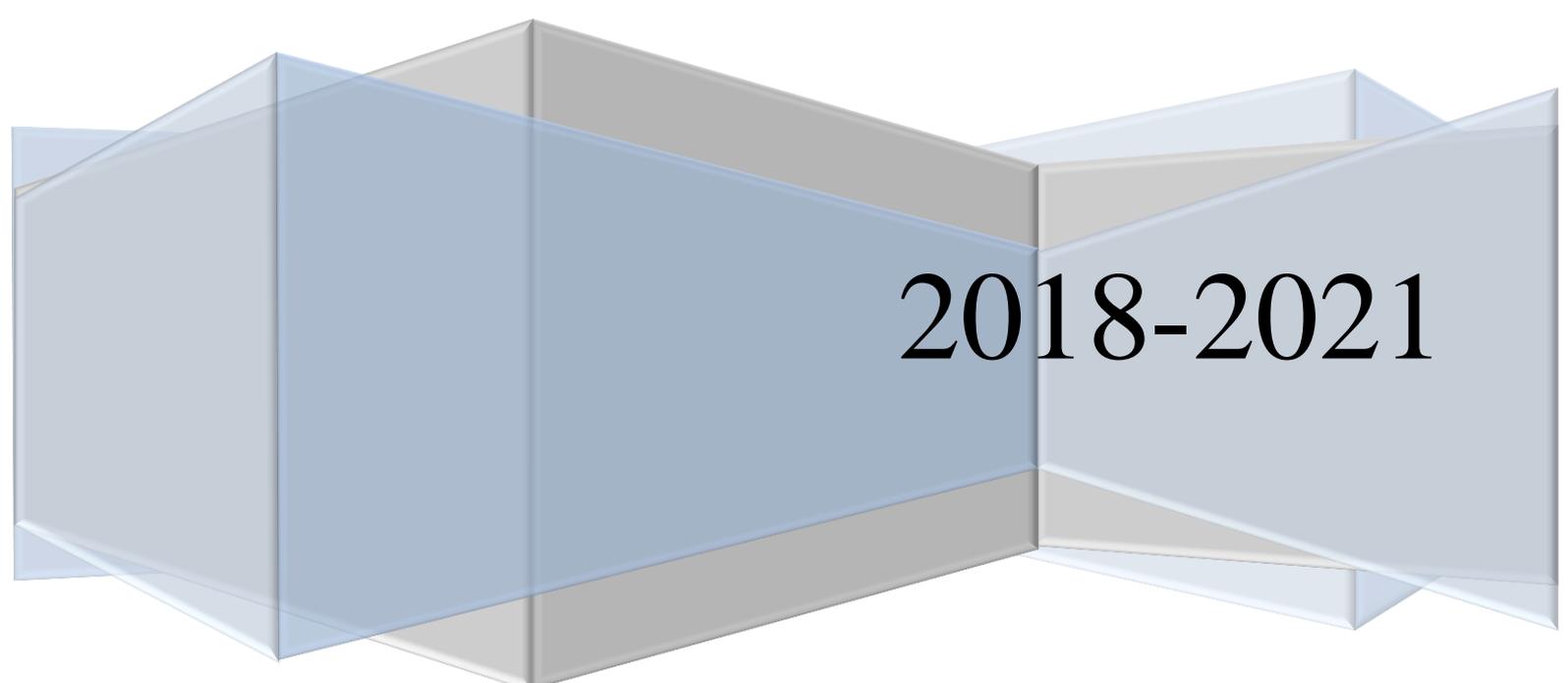


**MUNICIPIO DE  
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC**

**PLANO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



**2018-2021**

**PLANO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2018-2021**

**SANTA TEREZINHA DO  
PROGRESSO – SC**

**MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**AGOSTO/2017**

**Expediente**

Essa é uma publicação técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Santa Terezinha do Progresso.

**Prefeito Municipal**

Derli Furtado

**Vice-prefeito Municipal**

Cristiano Batista Machado

**Secretária Municipal de Assistência Social**

Maria Della Bona Furtado

**Responsáveis do município pela elaboração:**

<b>Nome</b>	<b>Representação</b>
Maria Furtado	Secretária Municipal – Órgão Gestor
Cleusa de Souza Campos	Diretora – Órgão Gestor/CMAS
IlianeSecci	Gestora Bolsa Família
Andreia Francisca Ely	Assistente Social – CRAS
Juliana Dal Magro	Psicóloga –CRAS

## SUMÁRIO

<b>I. IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1 PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	8
1.2 PREFEITURA MUNICIPAL .....	8
1.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	8
1.4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	9
1.5 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	9
<b>II. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>III. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL .....</b>	<b>12</b>
3.1 DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO .....	12
<b>3.1.1 População.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1.2 Aspectos econômicos .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.3 Aspectos sociais .....</b>	<b>18</b>
3.2 DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO .....	19
3.3 DADOS MUNICIPAIS SOBRE A SAÚDE .....	22
3.4 DADOS MUNICIPAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	23
3.5 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	26
3.4 METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA CONHECIMENTO DA REALIDADE .....	49
<b>IV. OBJETIVOS.....</b>	<b>53</b>
4.1 OBJETIVO GERAL .....	53
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	53
<b>4.2.1 Proteção Social Básica.....</b>	<b>53</b>
<b>4.2.2 Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Controle Social).....</b>	<b>53</b>
<b>V. DIRETRIZES.....</b>	<b>54</b>
<b>VI PRIORIDADES E METAS E EXECUÇÃO TEMPORAL GESTÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>VII RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS .....</b>	<b>57</b>
<b>VIII RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....</b>	<b>58</b>
<b>IX MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO .....</b>	<b>63</b>
<b>X COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS.....</b>	<b>65</b>
10.1 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.....	65
10.2 EQUIPAMENTOS DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	66
<b>XI – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>XII -APROVAÇÃO DO CMAS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>

## ÍNDICE QUADROS

Quadro 1 – Representantes da Esfera Governamental do CMAS de Santa Terezinha do Progresso.....	9
Quadro 2 – Representantes da Sociedade Civil no CMAS de Santa Terezinha do Progresso.....	9
Quadro 03 - IDEB Ensino Fundamental anos finais .....	21
Quadro 04 - IDEB Ensino Fundamental anos finais .....	21
Quadro05 - Faixa de renda total da família.....	31
Quadro 06- Comparativo de renda e grau de instrução.....	32
Quadro 07 – Valores pagos por tipo de benefício.....	33
Quadro 08 - Comparativo de famílias que recebem PBF com situação de domicílio. ....	34
Quadro 09 - Público para acompanhamento de condicionalidade do PBF. ....	35
Quadro 10 - Resultado do acompanhamento de condicionalidades.....	35
Quadro 11- Índice de gestão descentralizada - IGD .....	36
Quadro 12 - BPC do município.....	37
Quadro 13 - Valores repassados pelo MDS para PSB .....	39
Quadro 14- Famílias acompanhadas no CRAS .....	44
Quadro 15- Famílias acompanhadas no CRAS .....	45

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - População.....	15
Gráfico 02 - Distribuição da População .....	15
Gráfico 03 - Situação domiciliar .....	16
Gráfico 04 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno do Município.....	16
Gráfico 05 - Taxa de crescimento do PIB por setor econômico no município .....	16
Gráfico 06 - Atividades econômicas .....	17
Gráfico 07 - Média salarial.....	18
Gráfico 08 - Distribuição percentual das cinco maiores despesas do Município.....	18
Gráfico 09 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) .....	19
Gráfico 10 - Matrículas .....	20
Gráfico 11 - Taxa de Analfabetismo .....	21
Gráfico 12 - Taxa de mortalidade infantil e internações por diarreia. ....	22
Gráfico 13 - Esgotamento sanitário e arborização de vias públicas.....	23
Gráfico14 - Situação do domicílio .....	27
Gráfico15 - Forma de abastecimento de água.....	28
Gráfico 16 - Situação de Energia Elétrica.....	28
Gráfico17 - Existência de banheiro .....	29
Gráfico18 - Forma de coleta de lixo.....	29
Gráfico19 - Sexo .....	30
Gráfico20 - Faixa etária.....	30
Gráfico21 - Grau de instrução.....	31

## I. IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Vigência: 2018 a 2021

Período de elaboração: Maio a agosto 2017.

Nome do responsável para contato: Cleusa de Souza Campos

Telefone: 49-3657-0269

E-mail: [crasstp.coordenacao@gmail.com](mailto:crasstp.coordenacao@gmail.com)

### 1.2 PREFEITURA MUNICIPAL

Município: Santa Terezinha do Progresso

Nome do Gestor Municipal (Prefeito): Derli Furtado

Nível de Gestão: ( ) Inicial ( x )Básica ( ) Plena

Porte do Município:(x) Pequeno Porte I

( ) Pequeno Porte II

( ) Médio Porte

( ) Grande Porte

Endereço da Prefeitura:

Rua Avenida Tancredo Neves, 337, Centro

CEP: 89983-000- Santa Terezinha do Progresso/SC

E-mail: [prefstp@mhnet.com.br](mailto:prefstp@mhnet.com.br)

Telefone: (49) 3657-0001 | 3657-0046

### 1.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Órgão Gestor (Secretaria): Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome do Gestor Municipal (Secretário/a): Maria Della Bona Furtado

Endereço da Secretaria:

Rua: Avenida Tancredo Neves

Bairro: Centro

CEP: 89.983-000

Telefone: 49-3657-0269

E-mail: [crasstp.coordenacao@gmail.com](mailto:crasstp.coordenacao@gmail.com)

#### 1.4 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Terezinha do Progresso, foi criado através de Lei Municipal Lei 35/97 de 07 de abril de 1997.

Nome do Gestor do FMAS: Maria Della Bona Furtado

Lei de Criação do FMAS: Lei 35/97 de 07 de abril de 1997

CNPJ: 22.588.655/0001-65

Fontes de Recursos: (X) Federal (X) Estadual (X) Municipal

#### 1.5 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Presidente: Cleusa de Souza Campos

Possui Secretaria Executiva: ( ) Sim (X) Não

De acordo com o Decreto Nº 047/2017, a nomeação da esfera governamental no CMAS está representada abaixo:

<b>Nome titular e suplente</b>	<b>Secretaria que representa</b>
Cleusa de Souza Campos – Titular Juliana Manzoni Borges da Silva – Suplente	Secretaria de Assistência Social
Marcia Jacoby – Titular Simone Tonello - Suplente	Órgão da Educação
Cristiano Machado - Titular Iva Adriana Schlosser Segueto– Suplente	Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
Elidiane Secchi – Titular Nadia Ferri – Suplente	Secretaria Municipal de Saúde
Carlos Antonio Maggioni Junior – Titular Tatiane Brancalione- Suplente	Secretaria Municipal de Agricultura

Quadro 1 – Representantes da Esfera Governamental do CMAS de Santa Terezinha do Progresso

Fonte: Departamento de Assistência Social (2017)

Os Conselheiros da Sociedade Civil estão apresentados no quadro 2:

<b>Nome</b>	<b>Segmento que representa</b>
<b>Representante do Comércio</b>	
Vilmar Trombini – Titular Beloni Dal Mago – Suplente	Representantes do CDL
<b>Representante da Associação de Pais e Professores</b>	
Vanice Jacoby – Titular Neusa T. Weschenfelder Rizzo – Suplente	Representantes da APP
<b>Representantes dos usuários</b>	
Maristela Borges– Titular Karine Nohatto– Suplente	Representantes das Entidades ou Associações Comunitárias
Neiva Nohatto– Titular Almeri Rizzo– Suplente	Representante da Associação Clube do Cavalo.

Quadro 2 – Representantes da Sociedade Civil no CMAS de Santa Terezinha do Progresso

Fonte: Departamento de Assistência Social (2017)

O Conselho Municipal de Santa Terezinha do Progresso foi criado pela Lei Nº 34, 07 de abril de 1997 e possui as seguintes atribuições:

- I- Definir as prioridades da política de Assistência Social;
- II- Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III- Aprovar a política Municipal de Assistência Social;
- IV- Atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de Assistência Social;
- V- Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, e entidades públicas e privadas do Município;
- VII- Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de Assistência Social públicos e privados no âmbito municipal;
- VIII- Definir critérios para elaboração de contratos ou convênios entre setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;
- IX- Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- X- Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI- Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social;
- XII- Convocar ordinariamente a cada 2 anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação de Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIII- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

O CMAS é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família: (X) Sim

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 441 Bairro: Centro

CEP: 89.983-000

Telefone: (49) 3657-0269

E-mail: cmasstp@yahoo.com.br

## II. INTRODUÇÃO

De acordo com a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012 o Plano de Assistência Social é um instrumento de gestão que organiza, regula e norteia a execução da Política de Assistência Social na perspectiva do SUAS, contemplando as prioridades a serem desenvolvidas por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios, no município.

O Plano ora apresentado tem por objetivo registrar as prioridades a serem desenvolvidas no período de 2018 à 2021, na Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, Aprimoramento da Gestão e da Rede Socioassistencial, além de focar ações para o fortalecimento do Controle Social e nortear a consolidação da Política de Assistência Social, bem como sua efetivação no âmbito municipal.

Destacamos que esse plano foi elaborado pela equipe da Secretaria de Assistência Social do município de Santa Terezinha do Progresso, representando os trabalhadores dos equipamentos sociais e os conselheiros municipais de Assistência Social.

Para a elaboração deste plano foram realizadas com a equipe técnica do município, responsável, três reuniões de trabalho, a primeira no dia 03 de junho, e a segunda no dia 07 e 14 de julho de 2017.

Os Planos Municipais de Assistência Social decorrem da necessidade de incorporação pela política pública de assistência social de práticas planejadas que são baseadas em diagnósticos e estudos da realidade de cada município. Sendo que estas ações precedem de avaliação e monitoramento sistemáticos e continuados.

A elaboração do Plano é de responsabilidade dos órgãos gestores que o submete a aprovação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, reafirmando deste modo o princípio democrático e participativo que se espera no modo de operar, pensar e organizar a Política Pública de Assistência Social. Cabe destacar a participação de representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no processo de elaboração e aprovação do plano.

A iniciativa do município em priorizar a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de forma planejada, organizada técnica e qualificada, reflete o olhar e a importância que os gestores municipais e dos trabalhadores do SUAS têm a respeito desta política pública.

A seguir apresentamos o Plano Municipal de Assistência Social do município de Santa Terezinha do Progresso, desejando uma boa leitura à todos, e que o plano ora apresentado seja um instrumento de planejamento das ações para os próximos quatro anos, garantindo avanços na Política de Assistência Social.

### III. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

#### 3.1 DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO<sup>1</sup>

O município de Santa Terezinha do Progresso, localiza-se no Oeste de Estado de Santa Catarina no Brasil. Situando-se a uma distância de 638 km da capital do Estado.

A área total corresponde a 119 km<sup>2</sup>, limitando-se ao Norte com Romelândia, Leste Saltinho e Campo Erê, ao Sul com Tigrinhos e Oeste com São Miguel da Boa Vista.

Distrito criado com a denominação de Santa Terezinha, pela Lei n.º 7.374, de 20 de julho de 1988, subordinado ao município de Campo Erê. Em divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988, o distrito de Santa Terezinha figura no município de Campo Erê.

Segundo a lei n.º 9.895 de 19 de julho de 1995, Santa Terezinha do Progresso foi desmembrado do município de Campo Erê. A localidade recebeu o nome da padroeira Santa Terezinha, e quando se desmembrou de Campo Erê acrescentou-se do Progresso. Sua história inicia em meados da década de 1940, quando pequenos agricultores oriundos do Estado do Rio Grande do Sul, em busca de prosperidade, aventuraram-se ao Oeste de Santa Catarina, abrindo picadas e colonizando terras. Até então, existiam apenas a mata fechada, principalmente pinheiros.

Estes imigrantes descendentes de italianos sentiram dificuldades em acomodar suas famílias, pois o terreno era acidentado e com matas densas, desse modo o deslocamento até os municípios vizinhos em busca de mantimentos e remédios durava um dia inteiro.

Atualmente, as principais atividades econômicas do município são baseadas na agricultura familiar, com grande diversidade de produção leiteira, avicultura de corte, pecuária. A realidade agrícola em nosso município é diferenciada, enquanto, poucos proprietários detêm grandes quantidades de terras, a maioria dos agricultores possui pequenas propriedades.

Observa-se uma vegetação composta basicamente de araucária e eucalipto. Restam ainda alguns recantos de matas nativas, e raros exemplares de pinheiro brasileiro ou araucária nativa nas encostas dos córregos e sangas, onde resistem também os angicos e ipês recompondo a vegetação. Com um clima mesotérmico úmido, com verão quente e temperatura média de 18,3 °C, altitude de 400 m acima do nível do mar, longitude 26° 37' 8'', latitude 53 ° 12' 07''.

Quanto a telefonia, o município possui rede de comunicação na cidade, com acesso a quem desejar. Na maioria das comunidades há deslocamento de uma linha com sistemas de

---

<sup>1</sup> Toda a informação deste item faz parte da história oficial do Município de Santa Terezinha do Progresso, encontra-se no site: <http://www.staterezhaprogresso.sc.gov.br/municipio/index/codMapaItem/8546>.

ramais. Com as tecnologias atuais destaca-se o uso do telefone celular, computador, rádio, internet, jornal, etc.

O meio de transporte é apenas terrestre, viabilizado através de algumas linhas de transporte coletivo, transporte escolar e veículos particulares. Atualmente, o tráfego acontece por estrada de chão, ligando ao município de Campo Erê por cascalho e asfalto que liga ao município de Tigrinhos.

Conforme dados do IBGE, (2010) a população total de Santa Terezinha do Progresso é de 2.896. Com um IDH municipal (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,745, este quanto mais próximo de 1 melhor a qualidade de vida da população.

Devido a pouca oferta de trabalho existente em nosso município, grande número de pessoas especialmente os jovens, acabam migrando para cidades vizinhas e grandes centros em busca de empregos. Ainda, muitas pessoas residem no município e trabalham em cidades vizinhas. Existem muitos aposentados e pensionistas com influência direta na economia do município.

No que se refere à saúde, contamos com uma unidade Básica de saúde bem estruturada, para oferecer atendimento a toda população. Com atendimento preventivo, realizado por um médico da família, um médico especialista, enfermeiros, agentes de saúde, dentistas, psicólogos e demais profissionais da área. Os atendimentos ambulatoriais são realizados na própria unidade, enquanto os casos mais graves são encaminhados para os centros maiores. Destacando-se o convênio da prefeitura com o Hospital São José de Maravilha, onde há um atendimento de plantão de saúde urgente, em horário que não é possível atendimento na unidade de Saúde.

O município de Santa Terezinha do Progresso possui rede de esgoto sanitário, são utilizadas fossas e valas de infiltração, que caracteriza o sistema primário.

Com objetivo de preservar e melhorar o meio ambiente, é feito a coleta seletiva do lixo três vezes por semana, através de serviço terceirizado.

O município de Santa Terezinha do Progresso é composto por 22 comunidades: Área dos Padres, Bela Vista, Boa Vista, Campo Grande, Fantini, Floresta, Gaúcha, Jacoby, Mundo Novo, Novo Encantado, Palmeirinha, Peroti, Quatro Alqueire, Roncador, São José do Laranjal, São Luiz, Serra Alta, Serra Alta ,Sibiria, Vista Alegre, Vista Gaúcha e Zanata.

A instalação oficial deu-se no 1º dia janeiro de 1997, juntamente com a posse do 1º prefeito e dos vereadores que compunham a 1ª Legislatura, escolhidos democraticamente, através do voto direto e secreto, no dia 03/10/1996. O prefeito eleito foi Itacir Detofol e Valdir Fantini (PP/PMDB).

A primeira Câmara de vereadores foi composta por 9 titulares: Albano Francisco Ely, Raimundo Ricardo Porsch, Ilenir Pedrino Secchi, Vidalvina Fabris, Odolino Barp, Eurides Risso, Anildo Pinno, Francisco Secchi, Sergio Billig.

Na segunda eleição para o executivo e o legislativo no Município de Santa Terezinha do Progresso os eleitos foram: Prefeito Itacir Detofol, Vice- Prefeito Albano Francisco Ely. Vereadores: Olavio Jacoby, Reni José Buffon, Alceu Braz Dal Mago, Bruno Moises Lunemburger, Raimundo Ricardo Porsch, Arnildo Pinno, Luiz Carlos Assmann, João José Dalla Corte.

A terceira legislatura de Santa Terezinha do Progresso, assim ficou constituída – Prefeito: Derli Furtado Vice –Prefeito: Ademir Jose Ely. Vereadores: Anildo Pinno, Irineu José Secchi, Olavio Jacoby, Ernesto Benini, Saul Souza Campos, Janir Luiz Bach, Reni Jose Buffon, Delcio Katermann, Ilenir Pedrinho Secchi.

A 4ª Legislatura de Santa Terezinha do Progresso ficou assim constituída, Prefeito Itacir Detofol, e Vice- Prefeito: Ilenir Pedrinho Secchi. Vereadores Reni José Buffon, Valdecir dos Santos, Eroni Allebrandt, Eliseu Lisiack, Janir Luiz Bach, Lorivaldo D. Klugue, Nadir Tomazoni, Elizeu Alves da Silva, Saul de Souza Campos.

A 5ª Legislatura do município de Santa Terezinha do Progresso, assim ficou formada- Prefeito: Jacob Gilmar Junges, Vice-Prefeito: Ademir P. Ely. Vereadores: Irineu José Secchi, Jandir Perosso, Elizeu Alves da Silva, Rudimar C. Zanon, Eloir Rogerio Pimmel, Arno Adelar Arnt, Almeri João Risso, Vanice Jacoby, José Rodrigues.

A 6ª Legislatura do município de Santa Terezinha do Progresso, assim ficou formada- Prefeito: Derli Furtado, Vice-Prefeito: Cristiano Machado. Vereadores: Eliseu Lisiak, Elzeu Spischer, Eloir Rogerio Pimmel, José Rodrigues, Paula Taisa Costa, Reni José Buffon, Rudimar C. Zanon, Valmir Moreira, Vomir Conchi Braganholi.

A economia é essencialmente agrícola, baseada na produção de milho, feijão, fumo, além da bovino cultura de leite, avicultura e em menor escala piscicultura.

### **3.1.1 População**

Entre 2000 e 2010, a população de Santa Terezinha do Progresso cresceu a uma taxa média anual de 1,64%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 12,47% para 18,61%. Em 2010 viviam, no município, 2.896 pessoas.

A população do município diminuiu, entre o Censo Demográfico de 2010 e a estimativa do ano 2016, à taxa de 1,17% ao ano, passando de 2.896 para 2.611 habitantes. Conforme mostra o gráfico1.

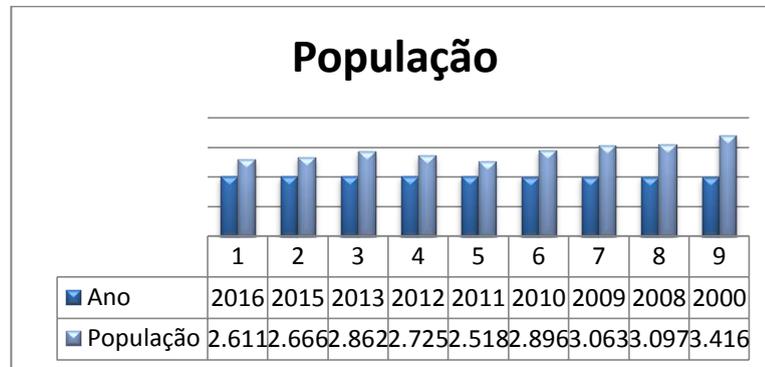


Gráfico 01- População

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

Em 2010, conforme censo do IBGE, tínhamos 1.493 habitantes do sexo masculino e 1.403 do sexo feminino. A porcentagem da classificação de idades é descrita no gráfico a seguir.

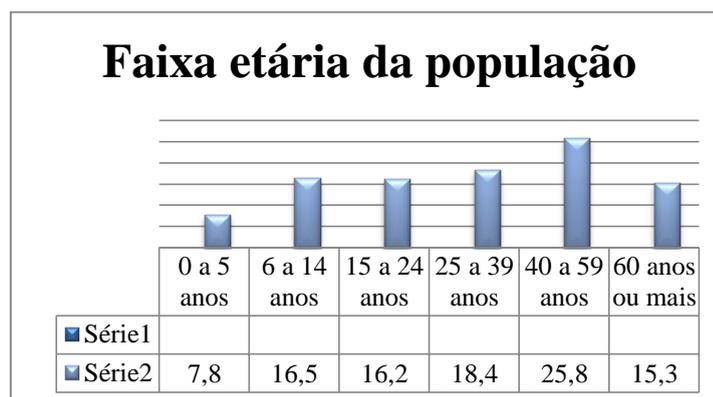


Gráfico 02 - Distribuição da População

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

Os habitantes deste município, cuja origem étnica, predominante é alemã, seguida de italiana e outras, são originários do Rio Grande do Sul e a religião predominante é a Católica. Verifica-se a ocorrência de movimentos migratórios, portanto não temos população fluente. Há 539 habitantes que residem no interior e 2.357 que habitam na cidade. Estão distribuídos no gráfico a seguir.

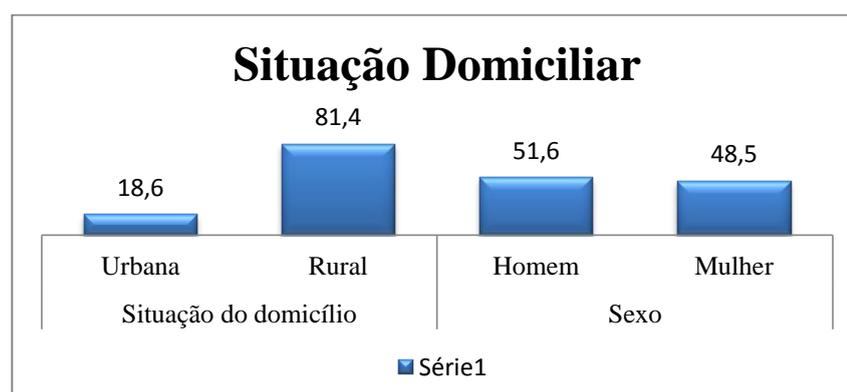


Gráfico 03 - Situação domiciliar  
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

### 3.1.2 Aspectos econômicos

Para apresentação do desempenho econômico de Santa Terezinha do Progresso, será dado ênfase aos aspectos: Produto Interno Bruto (PIB), volume de empresas e empregos, renda da população, e finanças públicas.

**O Produto interno bruto (PIB) do município** em 2014, o município tinha um PIB per capita de R\$ 17859.17. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 253 de 295. Já na comparação com municípios do Brasil todo, sua colocação era de 2063 de 5570. Em 2015, tinha 94.7% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação aos outros municípios do estado, estava na posição 6 de 295 e, quando comparado a municípios do Brasil todo, ficava em 960 de 5570.

PIB per capita / **Série revisada** (Unidade: R\$)

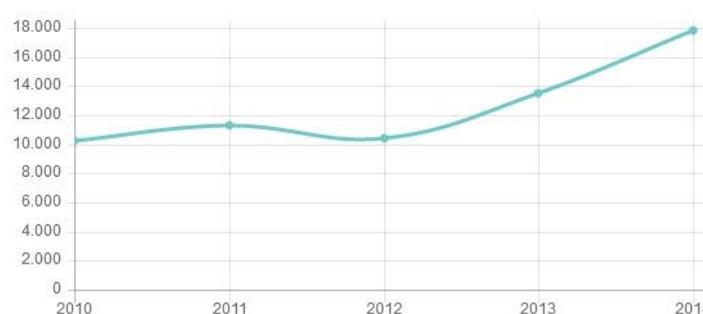


Gráfico 04 - Participação dos setores econômicos no Produto Interno do Município  
Fonte: IBGE, cidades.ibge.gov.br

No gráfico 5, observa-se que a maior participação no PIB é o setor de agropecuária, com 40%. Seguida de do setor de administração e serviços públicos com 35%, serviços com 15%. Ficando com uma menor participação os impostos e indústria com 5% cada.

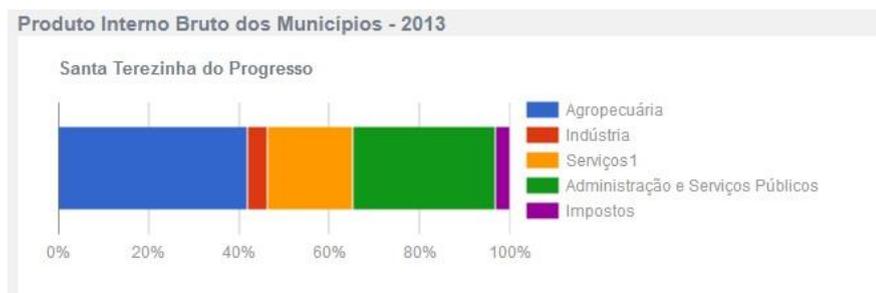


Gráfico 05 - Taxa de crescimento do PIB por setor econômico no município  
Fonte: IBGE, Censo demográfico

A economia do município é desenvolvida através de uma população rural de 2.357 habitantes, os quais produzem milho, soja, feijão, trigo, fumo, criação de bovinos, leite, além de produtos de subsistência. O desenvolvimento da agropecuária municipal, além de trabalhos dos agricultores, tem a assistência técnica da Secretaria Municipal da Agricultura, que coordena programas em desenvolvimento como: PRONAF, Banco da Terra, Reflorestamento, Silagem, Distribuição de Calcário e de Adubo Orgânico, Bovinocultura de leite, Apicultura e Inseminação, Serviços de Trator de Pneu, trator de esteira, serviços com retro escavadeira. Acompanhamento técnico com Agrônomo, Veterinário e Técnico Agrícola.

A economia através da população urbana com 539 habitantes é constituída de pequenas microempresas, onde é adotado um regime de administração familiar, o mesmo ocorrendo com a área de prestação de serviços. A seguir gráfico com atividades econômicas:

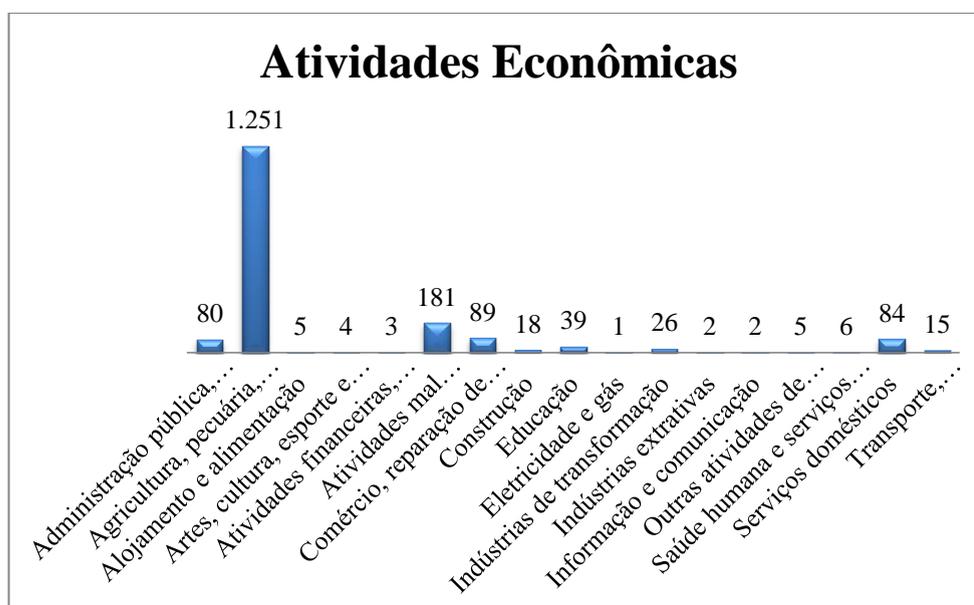


Gráfico 06 - Atividades econômicas  
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

Em 2014, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 174 de 295 e 288 de 295, respectivamente. Já na comparação com municípios do Brasil todo, ficava na posição 1957 de 5570 e 3468 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 6 de 295 dentre os municípios do estado e na posição 2496 de 5570 dentre os municípios do Brasil.

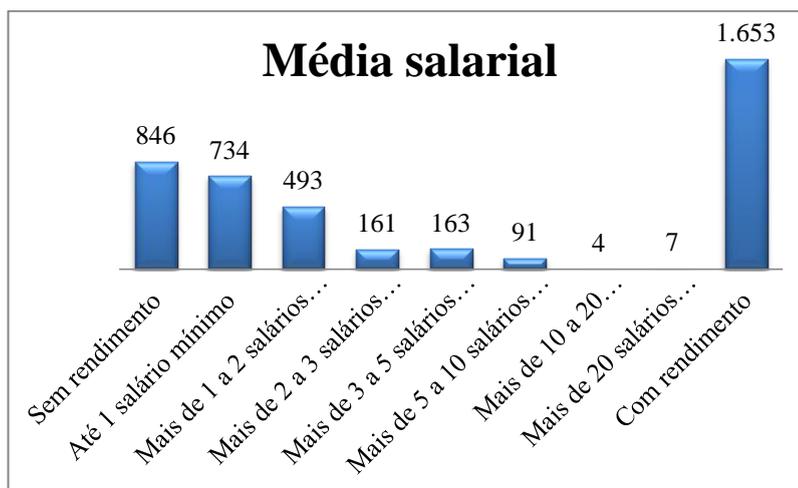


Gráfico 07 - Média salarial  
Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010

O gráfico 08 mostra que as despesas com educação, saúde, administração, transporte e urbanismo foram responsáveis por 73,60% das despesas municipais. O gasto com educação chegou a 27,4%; saúde 19,6%; administração 13,3%; transporte 7,3% e urbanismo 6%. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,55% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,11%.

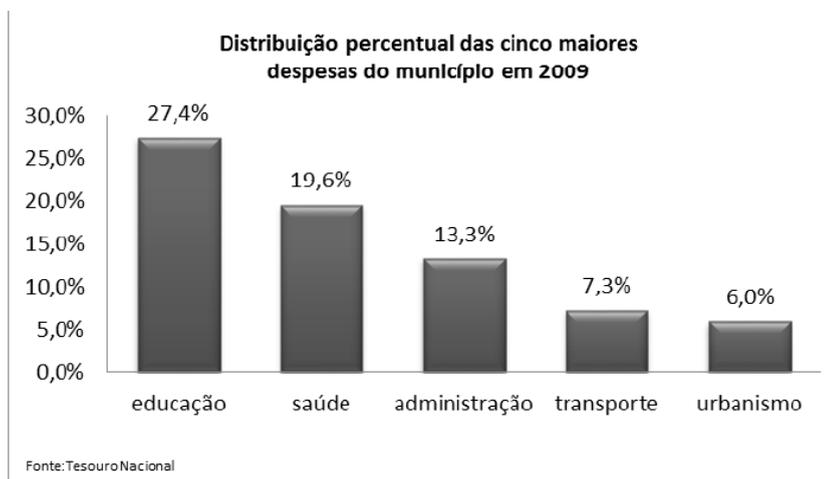


Gráfico 08 - Distribuição percentual das cinco maiores despesas do Município  
Fonte: IBGE (cidades.ibge.gov.br)

### 3.1.3 Aspectos sociais

Neste item pretende-se apresentar uma visão geral de Santa Terezinha do Progresso sobre o ponto de vista de seus aspectos sociais. Segundo o PNUD (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas: renda, educação e saúde.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santa Terezinha do Progresso é 0,682, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,79, seguida de Renda, com índice de 0,686, e de Educação, com índice de 0,59. O IDHM passou de 0,551 em 2000 para 0,682 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,77%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 70,82% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,222), seguida por Renda e por Longevidade. Nesse caso o município ocupa a 2386ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

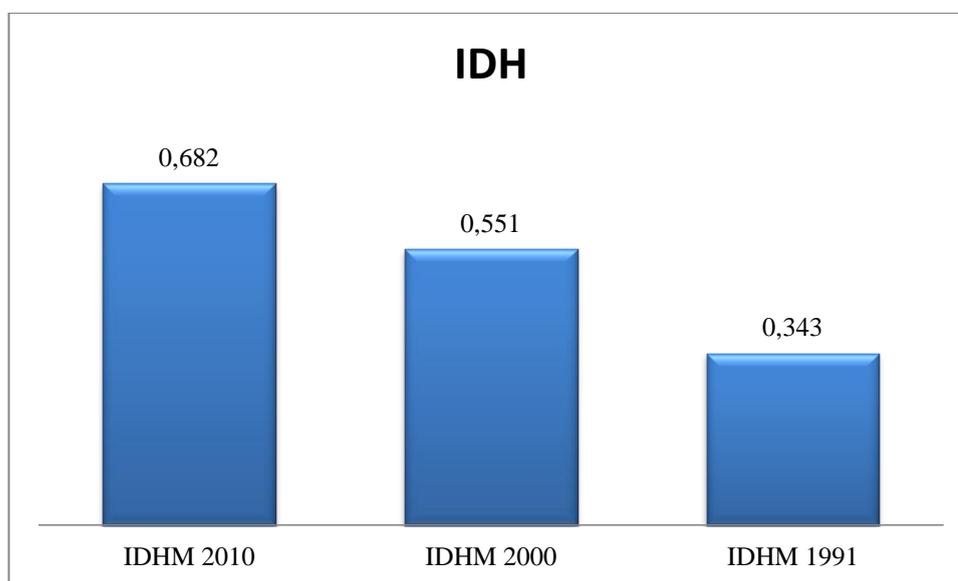


Gráfico 09 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)  
Fonte: IBGE 2010

### 3.2 DADOS SOBRE A EDUCAÇÃO

Conforme os dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, nas proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 88,93%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,13%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 86,11%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 53,56%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em

53,12 pontos percentuais, 64,40 pontos percentuais, 82,63 pontos percentuais e 53,56 pontos percentuais.

No ano de 2017, o município de Santa Terezinha do Progresso possui 04 escolas, sendo 01 Estadual e 03 Municipais. A escola estadual, esta localizada no centro da cidade e atende as Séries Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio – Educação Geral. Conta atualmente com 195 estudantes do Ensino Fundamental e 106 estudantes do ensino Médio e 45 professores. Atende em 03 turnos – Matutino, Vespertino e Noturno.

Segundo o INEP – MEC, ano de referência de 2015, a média de alunos por turma nos anos iniciais (1º ao 5º ano) foi de 12,30 alunos, nos anos finais (6º ao 9º ano) foi de 20,80 alunos e no ensino médio foi de 18,90 alunos.

As escolas municipais estão localizadas na cidade e no interior, atendem as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Creche. As escolas do interior estão localizadas na comunidade Linha Campo Grande e Linha Mundo Novo. Atendem em 02 períodos – Matutino e Vespertino. Conta atualmente com 266 estudantes e 24 professores.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas no município.

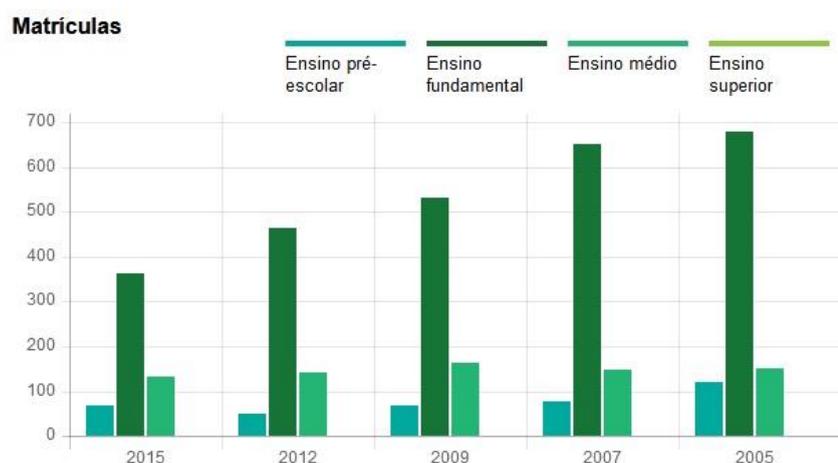


Gráfico 10 - Matrículas  
Fonte: IBGE (cidades.ibge.gov.br)

As metas registradas, para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>2</sup> no ano de 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública do município tiveram nota média de 6.4 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.1. Na comparação com municípios

<sup>2</sup> OIdeb foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Ele é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) e na Prova Brasil. Ou seja, quanto maior for a nota da instituição no teste e quanto menos repetências e desistências ela registrar, melhor será a sua classificação, numa escala de zero a dez. O mecanismo foi muito bem avaliado por especialistas justamente por unir esses fatores. Sendo assim, se uma escola passar seus alunos de ano sem que eles tenham realmente aprendido, por exemplo, isso ficará claro a partir da análise do desempenho dela no Ideb (SCARDOVELLI, 2012).

do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava este município na posição 73 de 295. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 250 de 295. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98,5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 126 de 295 dentre os municípios do estado e na posição 1288 de 5570 dentre os municípios do Brasil, conforme se observa nas tabelas 05 e 06.

8ª série / 9º ano		Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
Santa Terezinha do Progresso	3,8	4,1	4,1	4,5	4,3	4,1	3,9	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3	5,5	5,8

Quadro 03 - IDEB Ensino Fundamental anos finais

Fonte: INEP – MEC, Ano de Referência 2015

4ª série / 5º ano		Ideb Observado					Metas Projetadas							
Município ↓	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
Santa Terezinha do Progresso	3,6	4,1	4,9	5,0	5,2	6,4	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8

Quadro 04 - IDEB Ensino Fundamental anos finais

Fonte: INEP – MEC, Ano de Referência 2015

Quanto a qualidade de ensino, segundo INEP – MEC, ano de referência 2015, há 88,20% dos docentes com curso superior, nos anos iniciais (1º ao 5º ano), 65,40% dos docentes com curso superior nos anos finais (6º ao 9º) e no ensino médio 66,70% dos docentes possuem curso nível superior. Possui um conselho municipal de educação e a taxa de analfabetismo está em 11,28% conforme senso IBGE 2010.

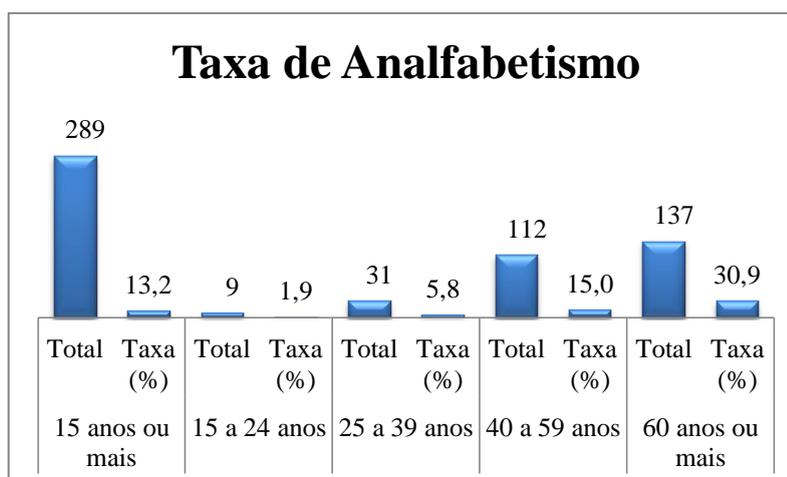


Gráfico 11 - Taxa de Analfabetismo

Fonte: IBGE 2010

### 3.3 DADOS MUNICIPAIS SOBRE A SAÚDE

Neste item pretende-se apresentar informações sobre a Política de Saúde de Santa Terezinha do Progresso. Pretende apresentar dados do Ministério da Saúde, bem como direcionar para as especificidades da Saúde no Município.

A cobertura de Atenção Básica está com 100% da população atendida por Agentes Comunitários de Saúde, Equipes de Saúde Bucal e Equipe da Saúde da Família, conforme Data SUS – MS, Ano de referência de 2015.

Sobre os Fatores de Risco e Proteção, a cobertura de vacinas está com 75,58%. Os nascidos vivos com Baixo Peso são de 22,73% e os nascidos vivos com 07 ou mais consultas de pré-natal são 70,59%. A prevalência de aleitamento materno exclusivo são 75%. Dados Data SUS – MS, ano de referência 2015.

A taxa de mortalidade infantil média no município é de 0 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 180 de 295 e 204 de 295, respectivamente. Quando comparado a municípios do Brasil todo, essas posições são de 4217 de 5570 e 3606 de 5570, respectivamente, conforme detalha o gráfico a seguir:



Gráfico 12 - Taxa de mortalidade infantil e internações por diarreia.  
Fonte: IBGE 2015

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são: Doenças do aparelho respiratório; Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; Neoplasias; Doença do aparelho respiratório; Doença do aparelho digestivo.

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. Conforme indicadores DataSUS ano de referência 2014, 36,76% da mortalidade são por causas externas, seguido por Neoplasia Maligna, Aparelho digestivo e Aparelho respiratório.

Outro dado a ser analisado, e que interfere diretamente na saúde da população de Santa Terezinha do Progresso é a questão da infraestrutura dos domicílios. Apresenta 21.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 17.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 29.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 252 de 295, 224 de 295 e 108 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outros municípios do Brasil, sua posição é 3553 de 5570, 5209 de 5570 e 1268 de 5570, respectivamente.



Gráfico 13 - Esgotamento sanitário e arborização de vias públicas.  
Fonte: IBGE 2015

O Município conta com a Estratégia Saúde da família (ESF), e os dados apresentados na sequencia refere-se a 2805 pessoas e 929 famílias cadastradas nas oitomicro área de Saúde da Família em Santa Terezinha do Progresso. Apresenta-seas características das famílias cadastradas no e-SUS, dados fornecidos pela Secretaria de Saúde de Santa Terezinha do Progresso.

### 3.4 DADOS MUNICIPAIS SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Secretaria de Assistência Social, tem por seu titular o Secretario Municipal de Assistência Social, nomeado pelo chefe do poder executivo, na forma da Lei Orgânica Municipal, que tem a responsabilidade pela definição, execução e avaliação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância, bem como de outras determinadas pelo Chefe do Executivo Municipal:

- I- Manter o cadastro de usuários de Assistência Social do município, atualizando-o adequadamente;
- II- Proceder a triagem da população usuária que ocorre a Secretaria para atende-los ou encaminhá-los de forma adequada;

- III- Atender, de acordo com as previsões orçamentárias e financeira, a população usuária, através dos programas de assistência social;
- IV- Promover soluções destinadas ao socorro emergencial das populações carentes, articulando-se com as demais unidades administrativas;
- V- Efetuar o cadastramento, atualizando-o adequadamente, dos interessados em ingressar nos programas de habitação popular do município;
- VI- Selecionar os atendimentos prioritários em termos de habitação popular, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos;
- VII- Desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Secretario Municipal de Assistência Social;

**À Gerência de Programas Sociais, por seu titular, compete:**

- I. Administrar, fiscalizar e controlar os programas de assistência social, conforme definido na legislação, regulamentos e normas específicas;
- II. Promover e incentivar a participação efetiva das comunidades e dos cidadãos nos projetos de habitação popular do município;
- III. Articular-se com os organismos públicos federais ou estaduais, instituições não governamentais e entidades privadas, para o desenvolvimento de programas de habitação popular do município;
- IV. Promover a mobilização e a organização da comunidade para o próprio equacionamento das questões sociais, mediante a formulação de políticas sociais e controle das ações em todos os níveis;
- V. Estimular a integração das instituições que atuam na busca de soluções para os problemas comunitários e sociais, objetivando a unificação de esforços para resultados mais expressivos;
- VI. Buscar a colaboração das famílias e da comunidade na implantação e desenvolvimento de programas de assistência social e de habitação para famílias de baixa renda;
- VII. Cooperar com os organismos federais e estaduais, não governamentais e privados que atuam na execução de ações sociais, como forma de obter recursos financeiros, materiais e humanos ou mesmo trocar experiências e conhecimentos, tudo de forma articulada e descentralizada;
- VIII. Desenvolver e incentivar a realização de programas de atenção a família, à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso, à pessoa portadora de

deficiência, ao dependente de drogas, entorpecentes e álcool, às organizações comunitárias e sociais e ao excluído social, de forma geral, de acordo com as situações e necessidades específicas;

- IX. Desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Diretor de Assistência Social.

O SUAS está organizado em níveis de proteção: básica, média e alta complexidade. Para atuar na proteção social básica, o município conta com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e para a proteção social de média complexidade o município não possui o Centro de Referência de Assistência Especializado de Assistência Social (CREAS), sendo que essa demanda é ofertada pela Secretaria de Assistência Social e para Alta Complexidade, o município tem convênio com a Casa Lar do município de Campo Erê.

O CRAS foi implantado no ano de 2007, porém a equipe técnica que assumiu os serviços do CRAS foi a mesma existente no órgão gestor. Com a grande pressão exercida pela equipe que estava assumindo os serviços e dando segmento as atribuições do órgão gestor foi realizado concurso público para estruturar o CRAS de acordo com as normativas exigidas para seu funcionamento. Nesse sentido, em junho de 2010 foi estruturado o CRAS com equipe técnica específica de acordo com a NOB/SUAS/RH, sendo que a Assistente Social é contratada por teste seletivo até o momento atual. O município de Santa Terezinha do Progresso é de pequeno porte I, e está habilitado em Gestão Básica do SUAS.

O CRAS é uma unidade pública de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que são um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (FECAM, 2013).

A equipe de referência do CRAS de Santa Terezinha do Progresso é composta de 01 Assistente Social e 01 Psicóloga. Em 2017, será adequado o espaço físico do CRAS de acordo com as exigências do MDS, pois até então o espaço estava sendo compartilhado com a Secretaria Municipal. O CRAS assumiu os serviços do PETI e Programas Sócio Educativos, com o passar do tempo foi se estruturando o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de acordo com as normativas.

A Secretaria de Assistência Social está em processo de regulamentação da legislação que compõe o SUAS, dentre eles: os Benefícios Eventuais, Lei do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), do Fundo Municipal de Assistência Social e da Política de Assistência Social do município de acordo com as normativas nacionais do SUAS.

Os benefícios eventuais compõe as garantias da política de assistência social previstos na sua Lei Orgânica – Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. “São provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS”. De acordo com a legislação vigente, os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais serão estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social. Quanto a forma de prestação, o benefício será concedido em pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento e ou acompanhamento nos serviços socioassistenciais.

A Lei vigente nº 15/97 de 3 de março de 1997 que se refere a Concessão de Auxílios Financeiros no município de Santa Terezinha do Progresso ainda está vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, conforme artigos 6º e 7º, não se referindo somente aos Benefícios Eventuais concedidos pela Assistência Social. Diante dessa desatualização, o município já está regulamentando a Lei de acordo com a resolução nº 16 de 23 de novembro de 2016, do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC.

### 3.5 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

O termo *vulnerabilidade social*, está ligada a uma questão fundamental: a qualidade do termo deve-se a sua capacidade de captar situações intermediárias de risco localizadas entre situações extremas de inclusão e exclusão, dando um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de *zonas de vulnerabilidades* que envolvem desde os setores que buscam uma melhor posição social, até os setores médios que lutam para manter seu padrão de inserção e bem estar, ameaçados pela tendência a precarização do mercado de trabalho. Tudo isso em confronto com a estrutura de oportunidades existentes em cada país em um dado momento histórico. Neste viés, o conceito de vulnerabilidade, pela sua capacidade de apreensão da dinâmica dos fenômenos, tem sido, na opinião de muitos autores, apropriado para descrever melhor as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento, que não podem ser resumidas na dicotomia, pobres e ricos, incluídos e excluídos (DIEESE, 2007).

A política de Assistência Social conta atualmente com uma importante ferramenta de coleta de informações, onde torna-se possível o acesso a dados muito importantes com relação

às famílias de baixa renda existentes no município. Esta ferramenta é o Cadastro Único<sup>3</sup> para Programas Sociais do Governo Federal o qual permite conhecer a realidade socioeconômica das famílias cadastradas, de todo o seu núcleo familiar, além de características do domicílio e formas de acesso aos serviços públicos disponíveis.

A utilização do Cadastro Único possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas para o seu município de acordo com as principais vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas. A partir do cadastramento da família no Cadunico, o Governo Federal efetua a análise da situação familiar a fim de inseri-la em Programas Sociais que possibilitem a melhoria de sua condição de vida.

No município de Santa Terezinha do Progresso, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em maio de 2017 são de 504 famílias.

Identificou-se no CECAD que com relação a situação do domicílio podemos verificar que do total de 505 famílias cadastradas, 28,6%, ou seja 144 famílias residem na área urbana do município. Na área rural são 71,4%, totalizando 361 famílias conforme é possível visualizar no gráfico a seguir.

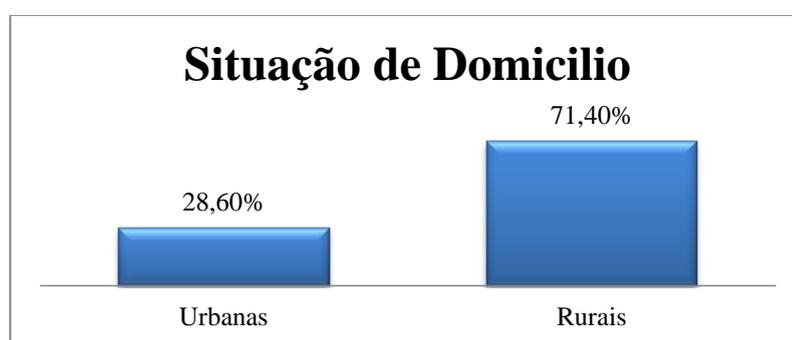


Gráfico14 - Situação do domicílio  
Fonte: CECAD/MDS/2017

Também é importante considerar a forma como estas pessoas vivem em suas moradias, para tanto observamos no gráfico a seguir a forma de abastecimento de água em Santa Terezinha do Progresso, destas famílias.

<sup>3</sup>O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

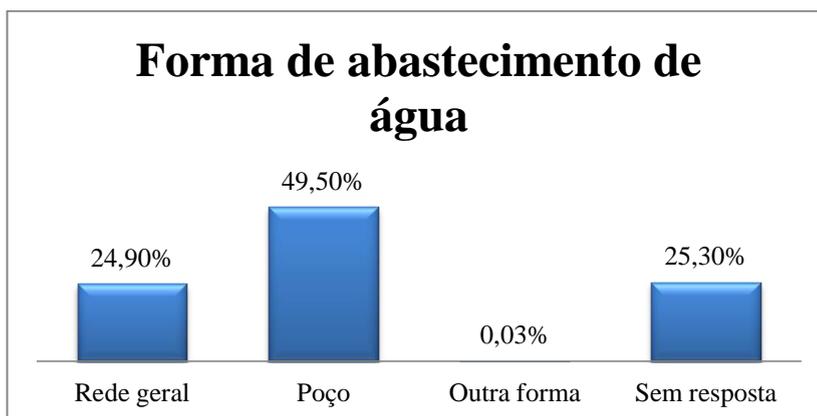


Gráfico15 - Forma de abastecimento de água  
Fonte: CECAD/MDS/2017

É possível observar que 24,9% das famílias possuem acesso a água potável através do sistema geral de água disponibilizado pela Rede Municipal de Tratamento, porém observa-se que 49,5% famílias utilizam águas de poço, 01 família possuem outra forma de acessar a água e 25,3% famílias não houve resposta quanto a esta questão.

Também é possível verificar que no que tange ao acesso a iluminação identificamos que 348 famílias possuem energia elétrica com medidor próprio, 21 famílias utilizam medidor comunitário, 3 famílias não possuem medidor, 3 famílias ainda usam óleo, gás ou querosene para iluminar a moradia, e 2 famílias utilizam a vela. Verificou-se que 128 famílias não obtiveram resposta, conforme gráfico a seguir.

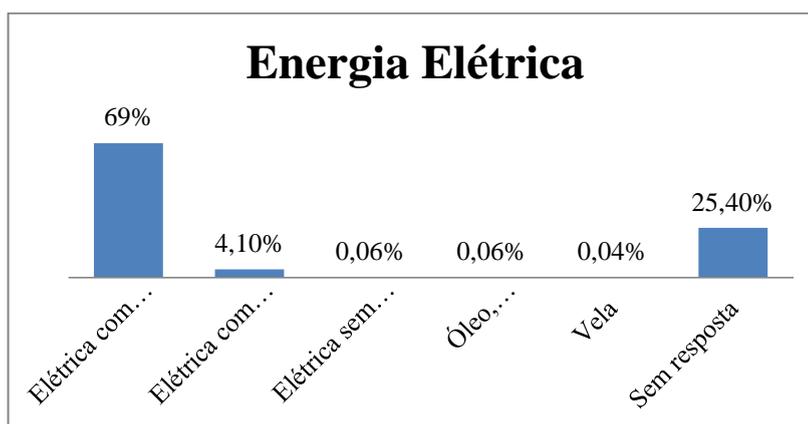


Gráfico 16 - Situação de Energia Elétrica  
Fonte: CECAD/MDS/2017

Cabe destacar que 29 famílias ainda necessitam de acesso a energia elétrica no sentido de melhorar sua qualidade de vida.

Ainda é possível verificar a existência de banheiro na moradia da família o que podemos verificar que 359 das famílias cadastradas tem banheiro na moradia, porém 18 famílias

informam não ter banheiro, sendo que 128 não obtiveram resposta. No gráfico a seguir podemos verificar os dados informados.

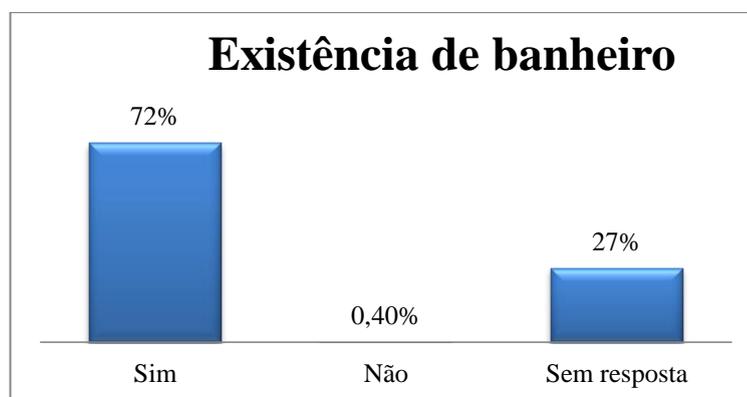


Gráfico17 - Existência de banheiro  
Fonte: CECAD/MDS/2017

Quando buscamos dados referentes a forma de coleta de lixo, identificou-se que em 104 das famílias cadastradas o lixo é coletado diretamente, em 56 a coleta é indireta, já 200 faz famílias queimam ou enterram o lixo em sua propriedade. Percebe-se que ainda temos 12 que jogam em terreno baldio e 5 dão ao lixo outro destino. Neste dado 128 das famílias não responderam.

Podemos verificar estes dados no gráfico a seguir, referente ao total de famílias e a forma de coleta de lixo.

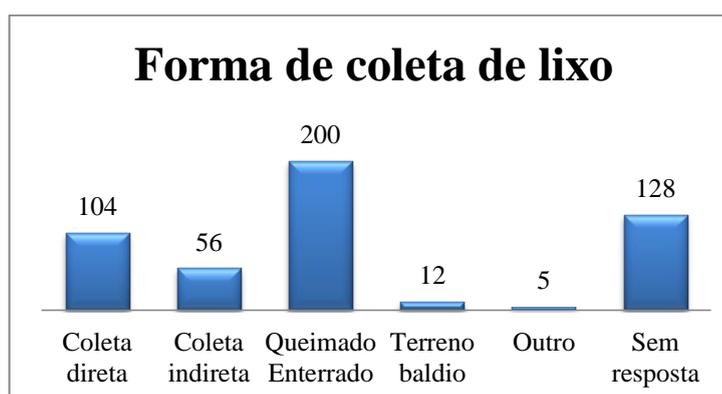


Gráfico18 - Forma de coleta de lixo  
Fonte: CECAD/MDS/2017

Este dado corrobora com a informação de um maior número de famílias cadastradas na área urbana, local onde o lixo é coletado diretamente atendendo as necessidades das famílias.

Quando constamos a forma como as famílias cadastradas vivem em seu domicílio há também uma necessidade de verificar a composição destas famílias com dados que podem ser observados a partir de coleta realizada no CECAD, sistema que nos permite o acesso a estas informações.

Como podemos verificar na tabela abaixo estão cadastradas no cadúnico 505 famílias, das quais totalizam 917 pessoas que com relação ao gênero apresentam-se da seguinte forma.

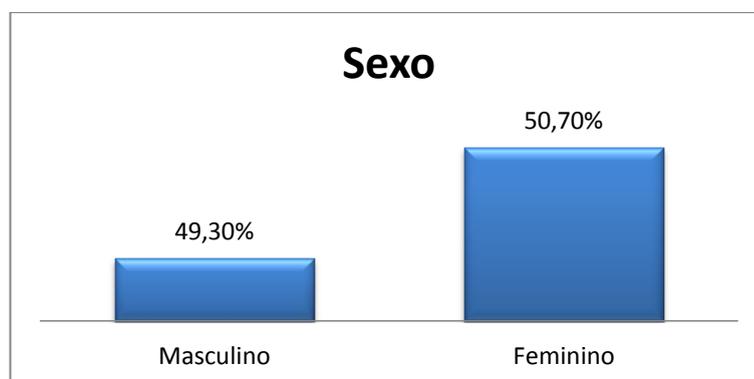


Gráfico19 - Sexo  
Fonte: CECAD/MDS/2017

No gráfico podemos verificar que 49,3% das pessoas são do sexo masculino e 50,7% do sexo feminino, mostrando que as mulheres são a maioria cadastrada. Com relação a cor ou raça verificamos que 485 das pessoas consideram-se brancas, 9 são da cor preta, 54 se consideram pardos, e 22 das pessoas não apresentam resposta para esta questão.

Através da coleta de dados apresentamos no próximo gráfico é possível analisar divisão por faixa etária.

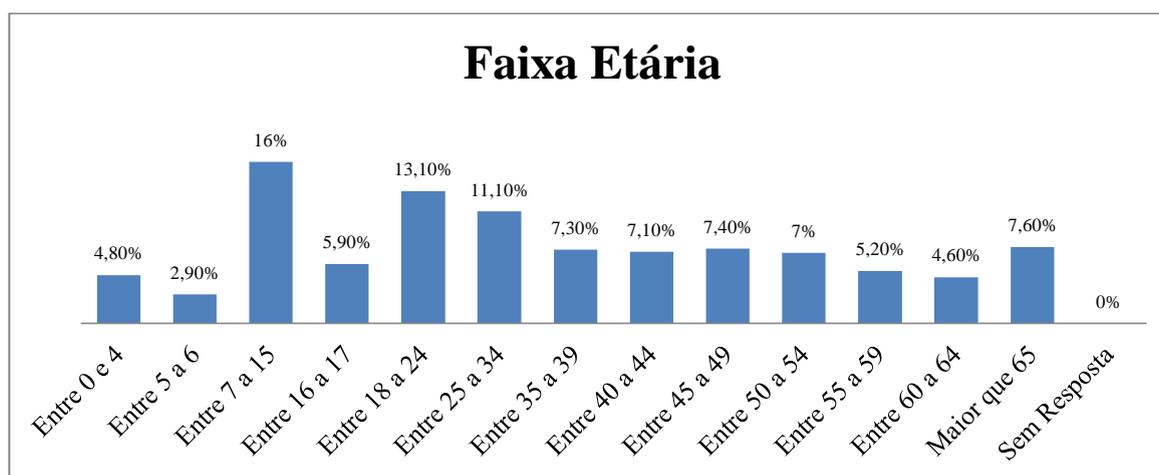


Gráfico20 - Faixa etária  
Fonte: SIGPBF – CECAD (MDS,2017)

Os dados demonstram que a faixa etária que se sobressai é entre 7 a 15 anos de idade com 16%, seguido da faixa etária de 18 a 24 anos com 13,1% e de 25 a 34 anos com 11,1%. Seguido da faixa etária maior de 65 anos com 7,6%.

Cabe analisar que as faixas etárias mais vulneráveis sob o ponto de vista de idade (0 a 6 anos, de 60 a 64 anos e maior que 65 anos) equivalem a 15,3% do total de pessoas cadastradas.

A faixa etária também nos remete aos dados de escolaridade, fator importante na análise socioterritorial e que conforme tabela a seguir apresenta alto índice de pessoas sem resposta quanto a escolaridade num total de 63 pessoas, porém ainda assim é possível analisar os dados. O gráfico nos indica que 199 não possuem instrução, 405 tem ensino fundamental incompleto, 117 pessoas possuem ensino fundamental completo, 97 tem ensino médio incompleto, 143 tem ensino médio completo e 16 possuem ensino superior incompleto ou mais.

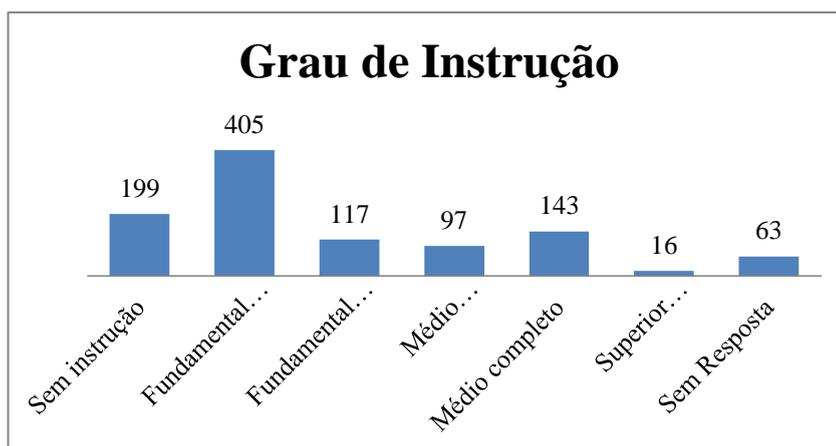


Gráfico21 - Grau de instrução  
Fonte: SIGPBF – CECAD (MDS,2017)

As pessoas cadastradas apresentam uma dificuldade de acesso à educação, fator que pode ser observado na tabela acima, indicando que no quesito acesso a educação é possível avançar para que estas famílias tenham condições iguais para inclusão na sociedade.

No que tange a renda total da família é possível observar no quadro a seguir que das famílias que estão no cadastro único 55% apresentam uma renda total de até um salário mínimo mensal, 34% entre um a dois salários mínimos, 8,9% de dois a três salários mínimos e 2,3% renda acima de três salários mínimos.

Faixa de renda total da família				
Até 1SM	Entre 1 e 2 SM	Entre 2 e 3SM	Acima de 3SM	Total
278 famílias 55%	171 famílias 34%	44 famílias 8,9%	12 famílias 2,3%	505 famílias 100%

Quadro05 - Faixa de renda total da família  
Fonte: SIGPBF – CECAD (MDS,2017)

Este dado corrobora com os dados apresentados pelo programa bolsa família, no qual temos 151 famílias recebendo o benefício do programa bolsa família. Desta forma, podemos analisar que existe uma dificuldade de renda que também vem associada a uma baixa condição de escolaridade nas famílias do município. É importante salientar que, das famílias com renda total até um salário mínimo 27% famílias residem na área urbana do município e 73% na área rural.

De acordo com os dados do CECAD/2017 em Santa Terezinha do Progresso 12,1% das famílias no cadastro único que possuem renda de até um salário mínimo mensal não possuem instrução, 21,8% possuem somente o ensino fundamental incompleto, 6,2% possuem o ensino fundamental completo, 5,6% ensino médio incompleto, 7,1% ensino médio completo e 0,1% superior incompleto ou mais. Neste dado 5,1% não apresentam resposta.

Quando observamos a correlação de dados entre grau de instrução e faixa de renda total da família constatamos que quanto maior o grau de escolaridade maior a renda, definindo que o aumento renda e de acordo com grau de instrução está intrinsecamente relacionada. Vejamos no quadro a seguir:

Grau de instrução	Faixa de renda total da família				
	Até 1SM	Entre 1 e 2SM	Entre 2 e 3SM	Acima de 3SM	Total
Sem instrução	12,1%	6,2%	1,6%	0,4%	20,4%
Fundamental incompleto	21,8%	14,7%	3,7%	1,2%	41,5%
Fundamental completo	6,2%	4,2%	1,2%	0,3%	12%
Médio incompleto	5,6%	3%	1%	0,3%	9,9%
Médio completo	7,1%	5,6%	1,6%	0,3%	14,6%
Superior incomp. ou mais	0,1%	0,4%	0,6%	0,5%	1,6%
Sem resposta	5,1%	1,1%	0%	0,2%	6,4%
Total	58%	35,3%	9,8%	3,3%	100%

Quadro 06- Comparativo de renda e grau de instrução.

Fonte: CECAD/2017/MDS

No quadro é possível verificar nos dados apresentados que a correlação de dados realizada pelo CECAD/2017 entre renda e grau de instrução apresenta dados significativos e necessários de serem analisados pelo município no sentido de pensar ações que contribuam para a melhora destes dados, uma vez que estão intrinsecamente interligados.

Desta forma é preciso compreender a necessidade de articulação intersetorial entre as políticas sociais, principalmente de educação, assistência social e saúde. Existe a necessidade de planejar ações que possibilitem atuar conjuntamente na superação da pobreza e extrema pobreza no município uma vez que, constatamos que 33,9% das pessoas cadastradas que possuem renda até um salário mínimo não possuem o ensino fundamental completo.

Quando passamos a verificar a renda per capita das famílias cadastradas verificamos que a situação fica ainda mais vulnerável, pois percebe-se que temos 100 famílias com renda per capita inferior a R\$ 85,00, o que equivale a 20% das famílias cadastradas. Já as famílias com renda per capita de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 somam 68 famílias representando 14%. Entre R\$

170,01 até ½ salário mínimo 177 famílias, sendo 35%. Acima de ½ salários mínimos têm 160 famílias, perfazendo 31% do total de famílias. Cabe destacar que a vulnerabilidade analisada a partir da renda, mostra que existe um numero expressivo de famílias na situação de extrema pobreza no município.

Um dos principais programas que utiliza como base de dados o Cadúnico, é o Bolsa Família o qual é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza<sup>4</sup> em todo o país.

O Programa Bolsa Família disponibiliza atualmente cinco tipos de benefícios sendo eles: **Benefício Básico**, pago às famílias em situação de extrema pobreza, ou seja, que possuem renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. O **Benefício Variável**, pago às famílias que possuem em sua composição familiar crianças e adolescentes com idade de 0 à 15 anos, gestantes e nutrízes (limitado ao pagamento de até 05 benefícios por família). O **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente** pago às famílias que possuem adolescentes com idade entre 16 e 17 anos, desde que, estejam devidamente matriculados e frequentando a escola (limitado ao pagamento de 02 adolescentes). O **Benefício Variável de Caráter Extraordinário** concedido às famílias migradas de Programas Remanescentes ao PBF, sendo que o valor é calculado caso a caso. E por último o **Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância**, pago a todas as famílias, que possuem em sua composição familiar crianças de 0 à 6 anos e que mesmo recebendo o benefício do Bolsa Família, não conseguiram superar a renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa. Este benefício é pago de forma diferenciada, de acordo com a situação econômica de cada família.

Os valores pagos variam de R\$ 39,00 à R\$ 365,00, variando de acordo com a realidade socioeconômica de cada família.

<b>Benefício</b>	<b>Pago às Famílias</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Básico	Com renda mensal de até R\$ 85 por pessoa	R\$ 85 (indiferente da família possuir ou não filhos)
Variável	Com renda mensal de até R\$ 170 por pessoa	R\$ 39 por criança
BVJ	Com renda mensal de até R\$ 170 por pessoa, desde que possuam adolescentes com idade entre 16 e 17 anos.	R\$ 47 por adolescente
BSR	Famílias que mesmo recebendo Bolsa Família não conseguem superar a renda de R\$ 85 por pessoa.	Valor calculado caso a caso

Quadro 07 – Valores pagos por tipo de benefício

Fonte: Elaborada de acordo com instruções do Programa Bolsa Família (MDS, 2017)

<sup>4</sup> A extrema pobreza é caracterizada pela renda per capita mensal inferior a R\$ 85,00.

O município de Santa Terezinha do Progresso possui 2896 habitantes, de acordo com informações do Censo 2010, realizado pelo IBGE. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, possui ferramentas de acesso a informações através de relatórios sociais que irão subsidiar a análise de dados deste diagnóstico e de acordo com as informações obtidas neste relatório.

Buscando como referência o mês de Abril/2017, no município de Santa Terezinha do Progresso, o Programa Bolsa Família beneficiou um total de 151 famílias, efetuando uma cobertura de 45,21% da estimativa de famílias pobres no município. Os valores pagos pelo Governo Federal nestes benefícios possuem um valor médio de R\$ 164,50. O valor total repassado às famílias beneficiárias no mês de Abril/2017 chegou a um montante de R\$ 24.840,00.

É importante destacar que a maioria das famílias cadastradas no cadúnico reside na área rural, então é indispensável que as questões de acesso a agricultura familiar rural, também estejam na agenda de planejamento intersetorial, no sentido de pensar estratégias e programas que venham ao encontro das famílias empobrecidas residentes na área rural do município, conforme nos mostra o quadro a seguir.

Recebe PBF	Urbanas	Rurais	Total
	Não	23%	46,5%
Sim	5,5%	25%	30,5%
Total	28,5	71,5%	100,%

Quadro 08 - Comparativo de famílias que recebem PBF com situação de domicílio.  
Fonte: CECAD/2017/MDS

Verifica-se que 5,5% das famílias beneficiárias residem na área urbana do município, 25% residem na área rural.

Com relação a pessoa com deficiência observou-se que 2,3% das pessoas cadastradas possuem algum tipo de deficiência, o que equivale a 36 pessoas. A partir deste dado constatamos que ainda falta ser inseridos no cadúnico os beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada, uma vez que de pessoas com deficiência o município possui 59 beneficiários do BPC.

Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 2896 residentes, dos quais 273 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 85,00. Isto significa que 9% da população municipal viviam nesta situação.

Nota-se que, a maior população em extrema pobreza concentra-se na faixa etária de 07 aos 15 anos somando 5,1%, em seguida da faixa etária de 25 aos 34 anos que soma 3,1%.

Quanto aos níveis de pobreza, em termos proporcionais, 13,19% da população recebem bolsa família, com intensidade maior na área rural. Destas 52 famílias, que sem o programa estariam em condições de extrema pobreza.

Para as famílias na situação de pobreza e extrema pobreza, o governo federal tem o Programa Bolsa Família o qual garante a transferência mensal de renda às famílias beneficiárias. Para receber o benefício as famílias precisam cumprir condicionalidades nas áreas de saúde e educação. É notório afirmar que as condicionalidades do programa Bolsa Família resultam de ações que acompanham as famílias nas áreas de educação e saúde.

A referência para o acompanhamento dos beneficiários se refere ao mês de abril/2017 referente à educação e do mês de dezembro/2016 referente a saúde e caracteriza-se da seguinte maneira:

<b>Público para acompanhamento</b>	<b>Quantidade</b>
Beneficiários com perfil educação (6 a 17 anos)	224
Famílias com perfil saúde (crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos)	174

Quadro 09 - Público para acompanhamento de condicionalidade do PBF.  
Fonte: RI Bolsa Família e Cadastro Único (MDS, 2017)

Cabe salientar a necessidade de observar os dados acima descritos no sentido de compreender a necessidade de garantir o acompanhamento de condicionalidades do programa bolsa família. No quadro abaixo é possível constatar o resultado do acompanhamento realizado com as famílias beneficiárias do programa bolsa família com perfil educação e saúde.

<b>Resultado do acompanhamento da educação</b>	<b>Quantidade</b>
Total de beneficiários em acompanhamento (6 a 17 anos)	215 – 95,98%

Quadro 10 - Resultado do acompanhamento de condicionalidades  
Fonte: RI Bolsa Família e Cadastro Único (MDS, 2017)

Ao analisar este quadro podemos constatar no mesmo RI Bolsa Família e Cadastro Único que do total de 224 beneficiários com perfil educação, 215 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade estão sendo acompanhados pela educação no tocante a frequência escolar.

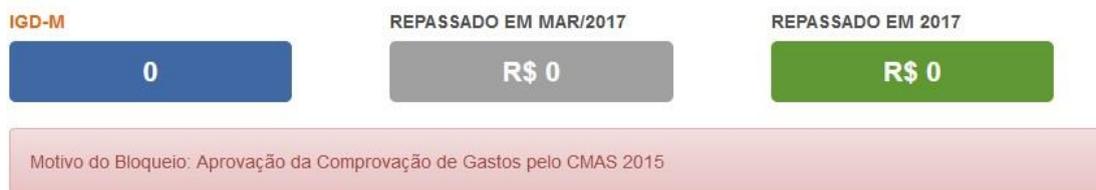
Com relação à política pública de saúde que também realiza acompanhamento de famílias do programa família, são 174 famílias com perfil saúde que precisam de acompanhamento as quais podemos observar o acompanhamento no quadro abaixo. Observamos que 148 famílias são acompanhadas pela saúde.

As condicionalidades possibilitam ao município receber recursos financeiros por meio do índice de gestão descentralizada, o IGD Bolsa Família<sup>5</sup> e é com base nesse indicador que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para façam a gestão do Programa. É importante observar que quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município.

Por meio da construção do IGD, o MDS incentiva o aprimoramento da qualidade da gestão do Programa Bolsa Família em âmbito local, e contribuir para que os municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade.

Contatou-se que o índice da educação alcançou 95,98%, a saúde 85,6% e a taxa de atualização cadastral 71,43% atribuindo ao município um IGD-M do Programa Bolsa Família de 0,00 não possibilitando um repasse financeiro mensal que teria como teto máximo R\$ 1.194,05, pois no ano de 2015 não foi feita a aprovação da comprovação de gastos, esta deve ser feita pelo Conselho Municipal de Assistência Social, conforme tabela a seguir.

#### ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA - IGD (BOLSA FAMÍLIA)



Fonte: MDSA, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC (Março/2017)

Quadro 11- Índice de gestão descentralizada - IGD

Fonte: MDSA, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC (Março/2017)

Apesar do programa Bolsa Família se caracterizar como o maior programa de transferência de renda, não podemos deixar de frisar um benefício concedido pela política de assistência social desde a aprovação da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social que é o BPC – Benefício de Prestação Continuada<sup>6</sup>. O município de Santa Terezinha do Progresso possui beneficiários do BPC, conforme nos mostra o quadro a seguir.

<sup>5</sup>O Índice de Gestão Descentralizada (IGD), regulamentado pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família (Portaria GM/MDS nº 246/05).

<sup>6</sup>O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício **individual, não vitalício e intransferível**, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Em ambos os casos, devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo

	<b>Beneficiários</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Acumulado</b>
PCD	30	R\$ 28.110,00	R\$ 84.330,00
Idosos	2	R\$ 1.874,00	R\$ 5.622,00
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>R\$ 29.984,00</b>	<b>R\$ 89.952,00</b>

Quadro 12 - BPC do município

Fonte: Relatório de Programas e Ações do MDS (2017)

Os dados mostram que no município de Santa Terezinha do Progresso tem 32 pessoas beneficiárias do BPC, sendo 02 idosos e 30 pessoas com deficiência. De acordo com a tabela são repassados mensalmente R\$ 29.984,00, referência de março/2017 para os beneficiários, com recursos federais.

Santa Terezinha do Progresso também recebe recursos oriundos o IGD SUAS que é o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS e que foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e Portaria n.º 07 de 30 de janeiro de 2012. O IGDSUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.

As ações desenvolvidas no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social<sup>7</sup> que no município de Santa Terezinha do Progresso atua com serviços socioassistenciais a proteção social básica. O CRAS é cofinanciado com recursos financeiros do MDS através do Piso Básico Fixo no valor de R\$ 6.000,00/mês. A capacidade de atendimento apresentada no plano de ação 2017 é de 480 famílias. Atualmente Santa Terezinha do Progresso possui 01 CRAS.

---

provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. Disponível em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

<sup>7</sup>O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O Cras atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o Cras possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos.

### 5.3 TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS<sup>8</sup>

Com a implantação do SUAS, temos algumas superações sobre a noção de pobreza sob o olhar exclusivo da questão de ausência ou precariedade de renda, pois temos a definição de vulnerabilidade e risco social como uma multiplicidade de manifestações das desigualdades sociais, passando a ser compreendida com um fenômeno multidimensional e com modos de expressão.

Segundo Abramovay (2000) os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa o fenômeno da pobreza e as diversas modalidades de desvantagem social. A vulnerabilidade é um conceito que pede recorrência as diversas unidades de análise - indivíduos, domicílios e comunidade, além de recomendar que se identifiquem cenários e contextos (CASTRO & ABRAMOVAY, 2002).

O conceito de vulnerabilidade ressalta que os eventos que vulnerabilizam as pessoas são determinados por aspectos de natureza econômica e por outros “fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência) ou vinculadas à violência, [...] a representação política, dentre outros, também afetam as pessoas” (ALMEIDA, 2006).

Analisando a vulnerabilidade percebe-se que esta, pode ter mudanças que predispõe ao risco e através das proteções sociais há meios de prevenir ou até mesmo compensar situações vivenciadas pelas famílias de acordo com a complexidade da situação. Entende-se que a renda constitui um elemento da vulnerabilidade, porém não é o único. Outras circunstâncias como idade, sexo, raça/etnia e orientação sexual também precisam ser analisados no contexto da vulnerabilidade social. Assim, percebe-se que o recorte vulnerabilidade não é apenas o da precariedade, mas também da resiliência.

Contudo, a situação de vulnerabilidade em que se encontra uma família pode ser considerada um conjunto de fatores que predispõe as famílias ao risco. Quanto ao risco entende-se que ocorre quando o vínculo foi rompido ou o direito violado. Quando o profissional não intervém nas situações de vulnerabilidade, ou seja, na prevenção, observa-se que situações mais graves podem desencadear um risco social, que é mais grave que a vulnerabilidade e está relacionado a ao rompimento de direitos como trabalho infantil, abuso sexual, exploração sexual infanto-juvenil, violência doméstica, entre outros.

---

<sup>8</sup> Parte deste texto compõe o projeto de pesquisa de Roselaine Camatti, intitulado “Vulnerabilidade, fragilização de vínculos familiares: um olhar a partir do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos” apresentado no Mestrado em Políticas Sociais e dinâmicas Regionais da Unochapecó em 2013.

Para Guareschi (2000) apobrezza, fome, miséria, violência e exploração ainda são significantes poderosos a construir nossas sociedades. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Questionada quanto às suas condições históricas de produção e reprodução, quanto aos efeitos catastróficos que produz na vida decentenas de milhares de pessoas e também quanto aos seus efeitos simbólicos.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS tem como objetivo promover o acesso à assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade social com ações articulada nas três esferas de governo. Para que a política pública seja concretizada buscou-se uma estratégia de atuação que está hierarquizada em dois eixos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

Nosso objetivo é descrever sobre a Proteção Social Básica que, conforme estabelece a Política Nacional de Assistência Social tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Este nível de proteção social destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Através dos serviços socioassistenciais, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada busca-se superar a situação apresentada pelas famílias garantindo o acesso e usufruto dos direitos sociais. Na perspectiva da proteção social básica os serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

No município de Santa Terezinha Progresso conforme já foi citado recebe cofinanciamento federal, e podemos observar os recursos transferidos da união para cofinanciar ações da proteção social básica.

<b>Programas e Ações</b>	<b>Metas de atendimento</b>	<b>Valor repassado</b>
PAIF	480 famílias ano	R\$ 6.000.00/mês
SCFV	180 (capacidade de atendimento)	Até R\$ 9.000,00/mês

Quadro 13 - Valores repassados pelo MDS para PSB

Fonte: Programas e ações do MDS (2017)

De acordo com as prerrogativas instituídas pela legislação em vigor, observa-se que, na política de assistência social, sempre se buscou a realização de programas e projetos que envolvessem a família, público prioritário de atendimento desta política pública. Porém, somente na NOB/SUAS (2005) é a matricialidade sóciofamiliar passa a ser concebida como eixo

estruturante da gestão do SUAS. Ao analisar a lógica da matricialidadesociofamiliar observa-se em todos os serviços, projetos ou programas executados pela política pública estão vinculados a família. Assim, a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. (NOB/2005, p.17)

Ao nos remeter ao eixo estruturante da política de assistência social que é a matricialidade sociofamiliar, a centralidade da família como matriz de atuação dos serviços socioassistenciais, cabe-nos compreender que família é essa, quais suas configurações e qual o lugar que ela ocupa na vida das pessoas.

Sabe-se que a família tem sofrido profundas transformações ao longo da história. Ao analisar sob uma perspectiva jurídica observamos grandes avanços no que diz respeito à família. No marco legal, as constituições até 1988, reconheciam apenas a família denominada legítima, aquela formada a partir do casamento. No entanto, apenas com a constituição de 88 é que a família é reconhecida como base da sociedade, no qual o Estado deve oferecer proteção social, evidenciado no art. 226 da CF/88.

Observa-se que Santa Terezinha do Progresso executa ações concretas no sentido de garantir a matricialidadesociofamiliar, tendo a família como matriz de intervenção. Porém ainda precisa avançar no acompanhamento familiar e principalmente no reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Atuar neste serviço socioassistencial a partir dos ciclos etários é um desafio a ser enfrentado pela equipe técnica e gestores do município.

É necessário, analisar a partir de uma perspectiva social como a família vêm sendo um palco dos fatos mais marcantes da vida de seus membros. É partir da família que nos constituímos como grupo social e ocupamos um lugar na sociedade (ROSA, 2006).

Mesmo com as transformações ocorridas na sociedade no que tange a família, com diferentes arranjos familiares, ainda prevalece um modelo idealizado de família: a chamada família nuclear, onde a divisão das tarefas é bem definida, a mãe cuida da casa e dos filhos, e o pai é o chefe da família. É a tradicional família heterossexual, monogâmica e patriarcal. Esse modelo acaba servindo como sistema de controle, que gera classificações e preconceitos(ROSA, 2006).

Para defender a matricialidadesociofamiliar como eixo estruturante do SUAS, a NOB 2005 aponta o seguinte conceito de família, “[...] Núcleo afetivo, vinculada por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, onde os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero” (2005,p.17).

Quando a assistência social reconhece a centralidade de atuação na família passa a conceber que a intervenção no trabalho social a família tem a possibilidade de se dar de forma

integral e não fragmentada, como vinha ocorrendo historicamente. Analisando a centralidade na família, parte-se do princípio que a família tem necessidades em diferentes áreas da vida social, bem como, nas diferentes faixas etárias, atingindo, portanto, toda a família e não apenas um de seus membros (ROSA, 2006).

Cabe destacar, que nas legislações como Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA<sup>9</sup> e no Estatuto do Idoso<sup>10</sup> fica clara a responsabilidade que a família assume perante a infância, juventude e da terceira idade. Portanto, cabe-nos ressaltar a importância do grande avanço que a NOB 2005 apresenta quando registra a necessidade do Estado dar conta de propiciar ao núcleo familiar às condições básicas para que este assumira seu papel descrito nas legislações em vigor. “A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência” (NOB/2005, p. 17).

De acordo com Rosa (2006, p.8),

[...] a família pode ser um espaço que propicia bem-estar de seus componentes, ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários e onde se aprofundam laços de solidariedade, é também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados os valores culturais. Porém, esta família pode oferecer condições para o desenvolvimento e também pode ser um espaço permeado de conflitos, contradições e tensões não sendo uma ilha de virtudes e de consensos.

Assim, percebemos a família como um núcleo importante de acolhida e afetividade, também o percebemos um espaço de conflitos e contradições. Desse modo, temos a convicção que este espaço trata-se de um campo importante de atuação da política de assistência social na perspectiva do que é apresentado na NOB/SUAS, no sentido de potencializar a proteção social do Estado.

Sendo um campo privilegiado de atuação das políticas sociais, a família representa um espaço de análise importante quanto a realização do trabalho social com a família, reiterado pela política de assistência social na PNAS (2004), NOB/SUAS (2005) e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

No discurso de atuação com família no âmbito do SUAS, temos como principal eixo de atuação a Proteção Social Básica, no sentido de prevenir situações de risco em famílias em

---

<sup>9</sup> Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990.

<sup>10</sup> Lei Federal 10.741 de 1º de outubro de 2003.

situação de vulnerabilidade social<sup>11</sup>. Nesta perspectiva, o trabalho com famílias deve ser concebido como um trabalho interdisciplinar no qual devemos afastar a ideia de que pode ser realizado de forma pragmática, aleatória ou voluntarista. (GUIMARÃES, 2008).

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a proteção social básica se caracteriza pela execução de três serviços socioassistenciais que buscam a prevenção, sendo eles: Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência. Nosso objetivo é discorrer um pouco sobre cada serviço socioassistencial instituído pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais relativos à Proteção Social Básica.

Ao CRAS cabe executar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, considerado como carro chefe da proteção social básica. O PAIF é pedra fundamental e se caracteriza como eixo basilar para a política de assistência social que se propõe a superar a tradição histórica de assistencialismo, clientelismo, segmentada alcançando patamar de política a pública.

Ao PAIF, cabe a necessidade de realizar um trabalho social com famílias o qual se caracteriza como:

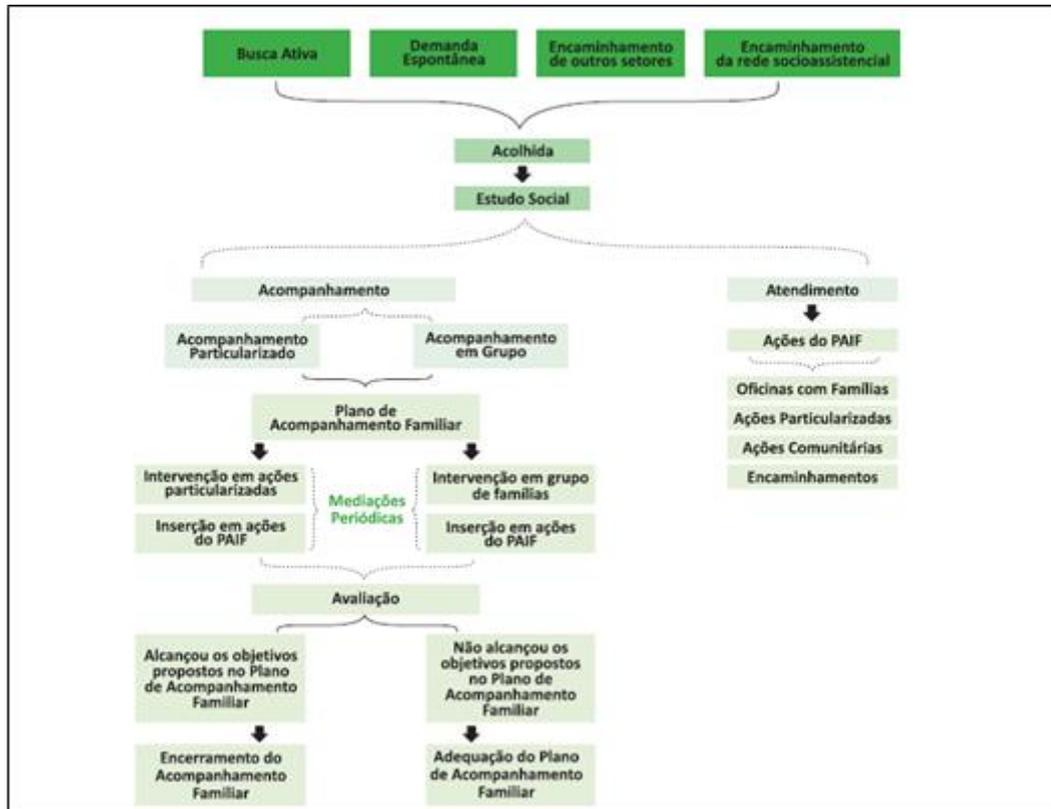
Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (MDS, 2012, p. 13).

O trabalho social com famílias se materializa através de ações que são realizadas para atender os objetivos previstos pela equipe técnica com a família atendida. Estas ações se constituem na acolhida, oficinas com famílias; ações comunitárias; ações particularizadas e encaminhamentos.

---

<sup>11</sup>Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou pelo acesso às demais políticas públicas. (PNAS, 2004)

No diagrama a seguir é possível observar a metodologia de trabalhos no CRAS no que tange as ações desenvolvidas pelo PAIF, mostrando a diferença entre atendimento e acompanhamento.



Fonte: Manual de Orientações Técnicas sobre o PAIF. Volume 2. MDS/2012.

Desta forma, Santa Terezinha do Progresso executa o PAIF e na tabela a seguir é possível identificar o acompanhamento das famílias de acordo com os meses do ano.

Mês	PAIF		
	Famílias acompanhadas	Novas famílias e acompanhamento	Atendimentos individualizados
Abril/2016	172	04	24
Mai/2016	164	02	18
Junho/2016	151	05	15
Julho/2016	95	02	19
Agosto/2016	85	03	12
Setembro/2016	80	02	16
Outubro/2016	80	03	12
Novembro/2016	80	00	25
Dezembro/2016	80	00	20
Janeiro/2017	80	01	13
Fevereiro/2017	80	01	19

Março/2017	80	03	18
Abril/2017	85	05	27

Quadro 14- Famílias acompanhadas no CRAS

Fonte: CRAS de Santa Terezinha do Progresso (2017)

Observamos no quadro acima que o número de famílias acompanhadas pela equipe técnica é estável e em grande número. Isto se deve ao município possuir dois CRAS para atendimento na proteção social básica.

Também podemos observar que os atendimentos individualizados são um número expressivo.

O trabalho social com as famílias no âmbito do PAIF, muitas vezes precisa ser complementado com os demais serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Assim, temos garantido pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com os ciclos etários.

De acordo com o MDS (2013) todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo a ele articulados, portanto não ocorrem de forma isolada. Dentre os objetivos do serviço temos como maior foco de intervenção a necessidade de prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos e oportunizam o acesso às informações sobre direitos e participação cidadã.

A organização desse serviço acontece por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organizam-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (MDS, 2013). Observa-se então, o quanto é importante ao município a estruturação do CRAS e conseqüentemente dos serviços da proteção social básica.

Outroserviço desenvolvido é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está organizado a partir de ciclos etários sendo eles: de 0 à 6 anos de idade, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos. Cada ciclo etário se orienta a partir de objetivos e metodologias específicas que irão nortear a intervenção da equipe técnica, composta por assistente social, psicólogo e orientadores sociais.

É possível a organização deste serviço pode ser por ciclo de vida ou ser intergeracionais, tendo sempre a centralidade na família. Sendo estes serviços organizados com pessoas em determinadas faixas etárias, não caracteriza fragmentação de ações. Este trabalho volta-se a abordar as características de vulnerabilidade, de potencialidades e de desenvolvimento, relativas

às faixas etárias e aos contextos sociofamiliares, como suporte ao trabalho com famílias realizado pelo PAIF (MDS, 2010).

O desenvolvimento deste serviço caracteriza no sentido de possibilitar o “fortalecimento e empoderamento da família”. Tais fatores devem ser potencializados “por políticas de apoio sociofamiliar, em diferentes dimensões que visem a reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos da criança” e na possibilidade de desenvolvimento saudável e protegido (SEDH / PR, 2006). Cabe destacar aqui, que nem todas as famílias atendidas no CRAS participarão do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos uma vez que, a situação de vulnerabilidade e risco será fator preponderante para inserir ou não a família no serviço.

Neste Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos podemos observar a quantidade de pessoas inseridas e acompanhadas em grupos são realizados por mês no CRAS.

Mês	0 a 6 anos	6 a 15 anos	15 a 17 anos	Idosos
Abril/2016	10	77	13	40
Maio/2016	10	77	13	40
Junho/2016	04	77	13	40
Julho/2016	04	77	13	40
Agosto/2016	04	73	14	40
Setembro/2016	04	73	14	40
Outubro/2016	04	74	14	40
Novembro/2016	01	77	14	40
Dezembro/2016	02	77	14	40
Janeiro/2017	05	71	13	40
Fevereiro/2017	05	71	13	40
Março/2017	05	71	13	40
Abril/2017	05	71	13	40

Quadro 15- Famílias acompanhadas no CRAS

Fonte: CRAS de Santa Terezinha do Progresso (2017)

No quadro anterior é possível verificar os dados de atendimento no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com referência às famílias que participam em grupos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos. A média de pessoas nos grupos se manteve estável ao longo dos meses. Observa-se que os atendimentos da faixa etária de 0 à 6 encontra-se em pequena proporção devido a falta de espaço e profissionais para atender essa demanda, diante disso observa-se a necessidade do município reordenar os SCFV e adequar o espaço físico e ampliar o quadro de funcionários.

Entende-se que a atenção às famílias concretiza o avanço do trabalho de caráter preventivo de proteção social, voltado ao fortalecimento de vínculos sociais e de pertencimento

entre os sujeitos que compõem as famílias de maneira a alcançar o respeito e a concretização dos direitos humanos e sociais (NOB-SUAS, 2005). Ao acompanhar uma família no serviço de proteção e atendimento integral a família tem-se a possibilidade da observação, da intervenção e também da orientação, sempre buscando compreender a família enquanto sujeito deste processo e não como objeto da intervenção. Para que seja possível um trabalho preventivo nos moldes que o SUAS preconiza é necessário romper com ações moralizadoras sobre a família, mas também é preciso que haja uma escuta qualificada da família para que seja possível compreender as necessidades e dificuldades por ela apresentada.

As vulnerabilidades e as fragilidades da família, bem como suas potencialidades se mostrarão no momento onde a família é ouvida através de uma escuta qualificada inserindo esta família em serviços tornando-a sujeito e não apenas um objeto de nossa intervenção.

A organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 à seis anos e suas famílias busca atuar de forma a atender as prerrogativas do SUAS diferentemente do que vem sendo realizados através de atividades tradicionais com o público dessa faixa etária. Muitas são as ações desenvolvidas voltadas à infância, ou seja, centrados em características médico-clínicas, educacionais e/ou econômico-sociais.

Atualmente a PNAS preconiza a organização a partir da identificação das vulnerabilidades das famílias, de suas crianças e nos territórios, uma vez que o conceito de vulnerabilidade é mais complexo, abrangente intersetorial. A vulnerabilidade está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica, territorial e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias e das pessoas que as compõem, assim como às mudanças nos ciclos de vida familiar. (MDS, p. 07).

Entende-se que desenvolvimento de ações com crianças até seis anos de idade e suas famílias, caracteriza-se por um serviço relevante no sentido de intervir no contexto das vulnerabilidades, de prevenir risco e trabalhar questões de vínculos fragilizados e sociais. Para a realização de um trabalho neste serviço parte-se da concepção de que as famílias são capazes de reorganizar sua dinâmica familiar o que pode ocorrer de forma concreta e potencializada frente às necessidades de mudanças o qual o Estado possui uma fundamental importância no sentido de prevenir as situações de risco.

Na identificação de vulnerabilidade e fragilidades de vínculos familiares e comunitários cabe destacar que o potencial afetivo e de proteção oferecido pelas famílias está diretamente relacionado ao contexto sociocultural vivenciados pelas famílias, nos quais estão inseridos. É

importante destacar que no contexto da família ainda temos presentes as redes de pertencimento<sup>12</sup> aos quais as famílias estão vinculadas.

De acordo com a NOB-SUAS (2005) devemos nos focar na atenção as famílias e seus membros com um olhar a partir do território buscado atingir as prioridades que são as situações de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimização. Considerando que atuar com foco no território compreende que a “concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala, e opera, a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais” (MDS, 2013, p.7, ).

Dentre as atividades desenvolvidas para este ciclo etário tem-se a necessidade de trabalhar o lúdico como forma de expressão privilegiada no sentido de identificar potencialidades, fragilidades e de possibilitar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Outro ciclo etário deste serviço é o de 6 a 15 anos, também desenvolvido no município é organizado de forma complementar ao PAIF possibilitando o fortalecimento de vínculos e devem ser ofertados nos territórios de vulnerabilidade com objetivo de prevenir ocorrência de situações de risco social, prevenindo a institucionalização, garantir acesso a informação e participação cidadã incentivando o protagonismo além de atividades intergeracionais. Quanto ao atendimento ao ciclo de vida de 6 a 15 anos de idade torna-se indispensável a garantia de,

Constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O Serviço deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos(MDS, 2010, p. 18)

A organização deste serviço visando o atendimento a crianças e adolescentes devem estar organizado a partir de grupos em núcleos vinculados e referenciados ao CRAS o qual deve possibilitar um trabalho articulado. Este serviço traz um desafio importante para a política de assistência social que é reordená-lo na perspectiva do SUAS, uma vez que, a grande maioria

---

<sup>12</sup> A rede de pertencimento é aquela composta por relações ao núcleo familiares, mas que compõem a rede relacional da família. Essas relações externas formam então um “sistema de ajuda mútua” muitas vezes assumindo funções que prioritariamente seriam exercidos por pessoas pertencentes à família (Fávero Vitale e Baptista 2008; Sarti, 2003; Guerreiros, 2007).

dos municípios já vem executando este trabalho há anos, nos moldes da jornada ampliada do Programa PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, desenvolvido desde 1996<sup>13</sup>.

Esta jornada ampliada<sup>14</sup> após o SUAS reordena-se em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está referenciado ao CRAS no sentido de complementar o trabalho social executado pelo PAIF.

A PNAS prevê que a cada ciclo etário passado o usuário terá acesso a continuidade dos atendimentos e acompanhamentos realizados no âmbito da proteção social básica possibilitando desta forma uma sequencia no SCFV neste caso aos adolescentes de 15 a 17 anos.

Este ciclo de vida se dá de forma a possibilitar o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino. Isso é feito por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. A organização deste ciclo de vida deve estar pautado nas orientações técnicas do Projovem Adolescente e de acordo com os traçado metodológicos buscando perpassar os eixos estruturantes, denominados temas transversais, abordando conteúdos necessários para compreensão da realidade para a participaçãosocial. (MDS, 2009,p.16)

Além dos ciclos já descritos, temos a população idosa que historicamente é público alvo da assistência social. Esta população vem sendo atendida em Santa Terezinha do Progresso através de grupos de convivência. Porém, no SUAS as ações e intervenções com este público rompem com ações assistencialistas e clientelistas, no qual muito municípios ainda pautam suas ações com idosos.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. (MDS, 2013)

Santa Terezinha do Progresso executa os serviços de Proteção Social Especial – PSE de Média e Alta Complexidade através da Secretaria de Assistência Social, e o serviço de Acolhimento Institucional, conveniado ao município de Campo Erê.

---

<sup>13</sup> Em 1996, fruto da ampla mobilização de diversos segmentos da sociedade, é firmado o Protocolo Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, assinado pelo então presidente Fernando trabalhadores e pela Fundação Abrinq. Ainda nesse ano, é criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil sob inspiração do Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil. O Programa tem por objetivo retirar as crianças e adolescentes do trabalho, mediante o pagamento de uma bolsa vinculada à frequência à escola regular e às atividades complementares realizadas nas jornadas ampliadas, no turno subsequente à escola.

<sup>14</sup> Entende-se por Jornada Ampliada a execução de atividades lúdicas por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar à escola.

Quando falamos em situação de risco, observação que as ações e os serviços ultrapassam as ações de prevenção. Desta forma, o SUAS estrutura a Proteção Social Especial (PSE), que se configura em uma “modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social”, decorrentes de situações de abandono, violência, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil etc.

Cabe destacar que, o município atende famílias e indivíduos com direitos violados. Consideramos que as maiores demandas de trabalho na política de assistência social no município ainda concentram a necessidade de ações da proteção social especial, tendo em vista que, ainda são tímidas as ações efetivas de prevenção no CRAS, evidencia-se a importância de estudar como estes serviços que visam a prevenção são desenvolvidos no sentido de concretizar o Fortalecimento de Vínculos Familiares, evitando que as fragilizações dos vínculos desencadeiem violação de direitos.

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. (MDS/NOB/SUAS, 2005)

De acordo com as normativas da NOB/SUAS, diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a Proteção Social Especial atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções e processos que assegurem qualidade na atenção ao usuário devido a situação de risco.

Em relação aos atendimentos da alta Complexidade, o município não conta com um Abrigo Institucional, enquanto serviço de acolhimento, mas tem convênio de Acolhimento Institucional de Crianças e adolescentes com o município de Campo Erê.

### 3.4 METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA CONHECIMENTO DA REALIDADE

Para a realização deste diagnóstico foram realizadas reuniões com a equipe técnica do município, com o objetivo de dar início a compreensão da realidade municipal em relação à política e realizar o levantamento de informações sobre o município, além de discutir e apresentar o instrumento de coleta de dados.

Além da reunião de trabalho realizou-se grupo focal, com técnicos da Assistência Social.

Definiu-se como técnica de coleta de dados da realidade para fins deste diagnóstico, a realização do grupo focado com técnicos da Assistência Social.

**a) Identificar quais os maiores desafios da Política Pública de Assistência Social no município**

Um dos desafios apresentados pelos trabalhadores do SUAS refere-se a participação dos usuários aos serviços do PAIF, a dificuldades de estimular o usuários a superar a situação de pobreza.

Outro desafio é o trabalho em rede, apontaram que existe dificuldade das demais políticas setoriais compreender a Política de assistência social. A dificuldade de trabalho em rede foi amplamente debatida pelos técnicos. Sugerem como estratégia para a superação deste desafio a publicização da política de assistência social para as demais secretarias, o entendimento é de que a assistência social deve suprir todas as necessidades apresentadas pelos usuários.

Também foi apresentado como desafio a dificuldade de compreensão do SUAS, no município de usuários, técnicos, demais secretarias, poder judiciário e Ministério Público.

Apontaram como desafios a dificuldade de acesso da população da área rural para a secretaria, ao CRAS e demais serviços, haja vista que não existe transporte exclusivo para a população, dificultando a vinda deles para os locais em que estão os equipamentos e os serviços. Diante dessa dificuldade os trabalhadores do SUAS se deslocam para atendimentos em grupos e visitas domiciliares conforme demanda.

Uma dificuldade enfrentada pelo município é a falta de espaço físico próprio para o CRAS, sendo que o espaço utilizado não supre as necessidades de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais<sup>15</sup>, o qual sugere que seja um espaço mais amplo e próprio.

Relataram um desafio no que se refere as medidas socioeducativas, apontando que não existem empresas parceiras para a execução das medidas socioeducativas.

Outro desafio apresentado é a falta de profissionais efetivos e a criação de um Plano de cargos e salários, bem como a falta de cofinanciamento estadual em blocos conforme cofinanciamento federal que é repassado mensalmente ao municípios.

---

<sup>15</sup> A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais é uma normativa que possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

**b) As equipes de referência (assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais) são equipes suficientes para o atendimento à população?**

Na visão do grupo, hoje na assistência social falta muito, profissionais são escassos. Faltam profissionais na secretaria de assistência social e equipe efetiva para compor a equipe de referência obrigatória para o funcionamento do CRAS. Sendo que a necessidade dos profissionais em cada Equipe seria:

- Gestão: um técnico para a Secretaria executiva dos Conselhos, um psicólogo, um assistente Social, um auxiliar administrativo e um profissional no bolsa família.
- CRAS: dois técnicos de nível superior, sendo eles: um psicólogo e um assistente social, um coordenador com nível superior, dois técnicos de nível médio e educadores sociais.

**c) Os profissionais são capacitados o suficiente para executar os serviços da PMAS?**

Na visão do grupo, os profissionais são capacitados, porém deve ser continuada. É necessário elaborar um plano municipal de capacitação continuada.

**d) Quais são as sugestões do grupo para melhorar a política de assistência social no município?**

Foi apontado que a forma é a realização de Concurso público para garantir continuidade além de serem capacitados continuamente.

Outra sugestão foi o Cofinanciamento das três esferas.

**e) A execução dos serviços da proteção social básica, em especial (serviço de fortalecimento de vínculos) está garantindo a proteção e a prevenção das situações enfrentadas pelas famílias?**

O CRAS do município de Santa Terezinha do Progresso foi implantado no ano de 2007 e vem sendo organizado e reordenado conforme sugere a Tipificação e NOB/RH SUAS, objetivando a superação das dificuldades encontradas.

Observa-se a participação de famílias nos serviços socioassistenciais ofertados pelo CRAS, entretanto no que se refere a autonomia, não visualizam transformação, porque não percebem que os usuários estão buscando a emancipação, pelo contrário, muitos não querem

deixar de ganhar a renda. As famílias dizem que não buscam trabalho para não perderem o benefício. Porém, percebe-se que há uma melhora nas questões de vínculos.

## IV. OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

Avançar e aprimorar a gestão e a execução dos serviços socioassistenciais, nos diferentes níveis de proteção no município de Santa Terezinha do Progresso/SC.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

#### 4.2.1 Proteção Social Básica

Ampliar a execução dos serviços, garantindo o atendimento e acompanhamento das famílias prioritárias: Bolsa Família e BPC (estrutura física e capacitação continuada), que apresentem outras vulnerabilidades sociais para além da insuficiência de renda.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Buscar recursos federais para a construção de 01 CRAS
-------------------------------------------------------

Adquirir um veículo para atendimento das famílias
---------------------------------------------------

Efetivar profissionais do SUAS.
---------------------------------

Garantir equipe mínima completa do CRAS, viabilizando equipamentos e materiais permanentes que contribuam para agilização e qualificação de atendimento prestado.
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Traçar estratégias de fortalecimento das potencialidades do território.
-------------------------------------------------------------------------

Adequar a Unidade de atendimento do SCFV e aumentar o quadro de pessoal;
--------------------------------------------------------------------------

#### 4.2.2 Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Especial de Média Complexidade, Proteção Social Especial de Alta Complexidade e Controle Social)

Adequar às leis vinculadas a Política de Assistência Social, conforme as normativas nacionais, acompanhando todo o trâmite para a sua devida aprovação.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Garantir as áreas essenciais, conforme consta na lei – coordenação de proteção social básica e especial, e gestão do SUAS, com competência de vigilância social, monitoramento e avaliação.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Realizar estudo de diagnóstico das condições de trabalho na Política de Assistência Social
--------------------------------------------------------------------------------------------

Efetivar o plano de cargos e salários
---------------------------------------

Elaborar um Plano de Capacitação Permanente aos trabalhadores do SUAS e conselheiros
--------------------------------------------------------------------------------------

Informatizar os equipamentos sociais – Gestão, CRAS e Proteção Social Especial e Alta complexidade
----------------------------------------------------------------------------------------------------

Garantir a acessibilidade para acesso aos equipamentos sociais
----------------------------------------------------------------

Divulgar amplamente os serviços ofertados pelo município
----------------------------------------------------------

Efetivar, através de concurso público os trabalhadores do SUAS.
-----------------------------------------------------------------

Constituir Secretaria Executiva dos Conselhos
-----------------------------------------------

## V. DIRETRIZES

A organização da Assistência Social em nível municipal está baseado nas seguintes diretrizes em concordância com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei Orgânica da Assistência Social.

- Organizar a Política de Assistência Social no município de acordo com as normativas do SUAS, respeitando as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- Participação da população por meio de organizações representativas na formulação e controle das ações da política de Assistência Social;
- Primazia da coresponsabilidade do município na condução da Política de Assistência Social;
- Centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

## VI PRIORIDADES E METAS E EXECUÇÃO TEMPORAL GESTÃO

Prioridades	Metas	2018	2019	2020	2021
Adequar às leis vinculadas a Política de Assistência Social, conforme as normativas nacionais, acompanhando todo o trâmite para a sua devida aprovação.	Aprovar 100% das Leis que instituem a Política de Assistência Social	X	X	X	X
Realização de diagnósticos do território para conhecer as condições de trabalho no SUAS	Realizar 100% do estudo sobre as condições de trabalho no SUAS	X	X	X	X
Efetivar, através de concurso público os trabalhadores do SUAS.	Alcançar 100% da efetivação de cargos e salários.			X	
Elaboração do Plano de Capacitação Permanente aos trabalhadores do SUAS e conselheiros	Atingir percentual de 100% da elaboração da educação permanente	X	X	X	X
Acessibilidade para acesso aos equipamentos sociais	Alcançar 100% de acessibilidade nos equipamentos sociais			X	
Divulgar os amplos serviços ofertados pelo município	Atingir 80% da população usuária na divulgação do SUAS	X	X	X	X
Garantir os Benefícios Eventuais a quem deles necessitar.	Atingir 80% da população que necessitar de Benefícios Eventuais.	X	X	X	X
Apoiar a Regulamentação Fundiária no município.	Atingir 70% das Regulamentações Fundiárias	X	X	X	X
Aquisição de um veículo para a Secretaria de Assistência Social	Comprar 01 veículo		X		

## PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Prioridade	Metas	2018	2019	2020	2021
Ampliar a execução dos serviços, garantindo o atendimento das famílias prioritárias -bolsa família e BPC (estrutura física e capacitação continuada)	Atingir no mínimo 70% das famílias do Bolsa Família na inserção do atendimento dos serviços.	X	X	X	X
Buscar recursos federais para a construção de 01 CRAS	Construir 01 CRAS	X	X		
Aquisição de 01 veículo para atendimento das famílias do CRAS	Comprar 01 veículo			X	
Acompanhamento familiar pelo PAIF.	Atingir 50% da taxa de acompanhamento do PAIF das famílias cadastradas no CadÚnico.	X	X	X	X
Acompanhamento pelo PAIF das famílias com membros beneficiários do BPC	Atingir 50% da taxa de acompanhamento do PAIF das famílias com membros	X	X	X	X

	beneficiários do BPC				
Cadastramento das famílias com beneficiários do BPC no CadÚnico	Atingir o cadastramento de 90% dos beneficiários.	X	X	X	X
Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda.	Atingir a taxa de 50% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.	X	X	X	X
Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social.	Atingir 50% de taxa de acompanhamento das famílias em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades, cujos motivos sejam da assistência social.	X	X	X	X
Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Atingir o percentual de 50% de inclusão do público prioritário no SCFV.	X	X	X	X
Adquirir um terreno para a construção do CRAS	Comprar um imóvel.	X	X		
Acompanhar os usuários da APAE	Ofertar acompanhamento a 90% dos usuários	X	X	X	X

### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Prioridades	Metas	2018	2019	2020	2021
Inserção de cursos profissionalizantes garantindo assim o acesso aos adolescentes e famílias do programa bolsa família em situação de vulnerabilidade social.	Promover acesso à cursos profissionalizantes, viabilizando oportunidades de acesso ao mercado de trabalho deste público.	X	X	X	X
Criar e desenvolver programas educativos para cumprimentos de medidas socioeducativas.	Desenvolver o Plano Municipal de atendimento socioeducativo (SINASE).	X			
Disponibilizar vagas em abrigos institucionais	Manter o convênio com a Casa Lar do município de Campo Erê	X	X	X	X

### CONTROLE SOCIAL

Prioridades	Metas	2018	2019	2020	2021
Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Atingir 100% dos conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta de representantes de usuários e dos trabalhadores do SUAS.	X	X	X	X

## **VII RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS**

- Consolidação do SUAS, compondo equipes e construindo equipamentos sociais;
- Inclusão do público prioritário nos serviços, benefícios, programas e projetos de Assistência Social;
- Adequação das legislações que regulamentam a política de Assistência Social;
- Fortalecimento do controle social no município;
- Qualificação do atendimento prestado a população;
- Valorização dos trabalhadores do SUAS, garantindo as condições de trabalho;
- Elaboração do Plano de cargos e salários;
- Publicação dos serviços ofertados pelo município;
- Informatização da gestão e dos equipamentos sociais;
- Efetivação, através de concurso público, dos trabalhadores do SUAS.

## VIII RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

Este item apresenta os recursos disponíveis e necessários para execução da Política de Assistência Social a partir dos indicativos: (a) recursos humanos disponíveis e necessários; (b) estrutura física disponível e necessária, (c) recursos materiais disponíveis e necessários, (d) recursos financeiros disponíveis e necessários.

### a) Recursos Humanos

A NOB-RH, juntamente com a Resolução n.º 17 do CNAS consolidam a direção de profissionalização da política de assistência social, indicando parâmetros para a seleção de profissionais, a partir das especificidades locais, do conhecimento das necessidades de seus usuários e da disponibilidade de profissionais na região (SILVA, 2011).

A concepção de **gestão** para o SUAS é composta pela associação entre o domínio de conhecimentos técnicos e a capacidade de inovação, alinhada aos princípios democráticos da gestão pública. Nessa concepção, o cargo de gestão possui algumas funções essenciais que são: Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social; Coordenação da Proteção Social Básica; Coordenação da Proteção Social Especial; Planejamento e Orçamento; Gerenciamento do Fundo Municipal de Assistência Social; Gerenciamento dos Sistemas de Informação; Monitoramento e Controle da Execução dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios; Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial; Gestão do Trabalho e Apoio às Instâncias de Deliberação (SILVA, 2011).

Conforme Silva (2011) para a adequada gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na esfera municipal, é fundamental a garantia de um quadro de referência de profissionais designados para o exercício das funções essenciais de gestão. A Resolução nº 17/2011 reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender às funções de Gestão do SUAS.

As equipes de referência para os **Centros de Referência da Assistência Social - CRAS** devem contar sempre com um coordenador, devendo o mesmo, independentemente do porte do município, ter o seguinte perfil profissional: ser um técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais. A equipe de referência do CRAS deve ter dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro psicólogo (SILVA, 2011).

Santa Terezinha do Progresso é um município considerado de pequeno Porte I e mostra na sequência os recursos materiais humanos disponíveis nos equipamentos.

<b>Recursos humanos disponíveis na Secretaria Municipal de Assistência Social</b>			
Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	0	0	0
Psicólogo	0	0	0
Pedagogo	0	0	0
Auxiliar administrativo	1	0	0
Operadores de cadastro único	0	0	0
Secretário	0	0	1
Diretores	0	0	1
Serviços gerais	1	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Departamento de Assistência Social (2017)

Observa-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social conta com equipe dos seguintes profissionais: efetivos – uma auxiliar administrativo e uma de serviços gerais; na condição de comissionados, possui um secretário, uma diretora. Somam-se nesta secretaria uma profissional com cargo efetivo e dois com cargo comissionado.

<b>Recursos Humanos Disponível na Proteção Social Básica – CRAS</b>			
Categoria Profissional	Insira o número de profissionais conforme forma de contratação		
	Efetivos	Processo Seletivo	Comissionados
Assistente Social	0	0	1
Psicólogo	1	0	0
Orientadores Sociais (educadores, monitores, cuidadores)	1	0	2
Outros (Serviços Gerais)	2	0	1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: Departamento de CRAS (2017)

Os recursos humanos disponíveis na proteção social básica são compostos de quatro profissionais em cargo efetivo, composto de uma psicóloga, um orientador social e dois nos serviços gerais. Os profissionais comissionados são quatro sendo eles: uma assistente social, duas orientadoras e uma nos serviços gerais.

#### **b) Materiais**

Além dos espaços físicos, os equipamentos devem contar com mobiliário adequado para cada um dos ambientes como livros, dvd's, televisor, aparelho de DVD, som, microfone, máquina fotográfica bem como telefones, computadores e internet dentre outros. Porém um item essencial para o desenvolvimento do PAIF é o automóvel, sobretudo para a realização de visitas domiciliares e para o acompanhamento de famílias em áreas dispersas do território de abrangência do CRAS (MDS, 2009A).

#### **c) Recursos Financeiros**

O financiamento da Política de Assistência social na perspectiva do SUAS, é baseado num modelo descentralizado e participativo, tendo por base as principais diretrizes estabelecidas pela PNAS. Desse modo, para financiar essas ações é necessário considerar as seguintes diretrizes de acordo com MDS (2009):

- a) ter por base o território;
- b) considerar o porte do município;
- c) considerar a complexidade dos serviços concebidos de maneira hierarquizada e complementar;
- d) fixar repasses regulares e automáticos para os serviços,
- e) estabelecer pisos de proteção que correspondam ao nível de complexidade a ser atendida;
- f) aprimorar o cofinanciamento, garantindo a corresponsabilidade entre as esferas de governo na provisão da Assistência Social;
- g) manter correspondência com os instrumentos de planejamento público (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA);
- h) efetuar projeções para a universalização da cobertura;
- i) garantir revisão da regulação e novas normatizações;
- j) prever novas diretrizes para a gestão dos benefícios preconizados na LOAS;
- k) efetivar com protocolos intersetoriais como saúde e educação para a transição dos serviços afeto a essas áreas, ainda operados e financiados pela Assistência Social;

l) definir responsabilidades e papéis das entidades sociais.

O reconhecimento dessas diretrizes definidas na PNAS como bases para o financiamento da Assistência Social compõe uma nova lógica de planejamento e gestão com o propósito de garantir respostas efetivas às funções de proteção social da Assistência Social.

A PNAS também reforça o papel dos fundos financeiros como condição para repasses nas três esferas de governo operacionalizado via SUAS. Assim:

a) o financiamento dos serviços, operado através dos fundos, seja mediante recursos próprios ou por cofinanciamento, pelo repasse fundo a fundo, passa a ser continuado;

b) os programas e projetos, também devem ter os recursos financeiros alocados nos fundos, de forma direta ou mediante transferências, com prazo definido; e

c) os benefícios em espécie são operados com financiamento direto aos cidadãos, o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Neste sentido, o novo desenho de gestão para a Assistência Social está articulado em três eixos norteadores de acordo com MDS (2009B): a gestão; o financiamento e o controle social, elementos estes que materializam o financiamento da Assistência social na atual configuração.

**A gestão financeira na Assistência** – os instrumentos de gestão da política são o Plano de Assistência Social, o Fundo de Assistência Social, Monitoramento e avaliação e Relatório anual de gestão os quais indicam a necessária complementaridade entre eles, visando dar maior eficiência e eficácia ao processo de planejamento no âmbito da Assistência Social nos níveis de governo.

**O financiamento** – com relação ao financiamento da Assistência Social, a CF/1988 preconiza em seu artigo 204 “as ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da Seguridade Social, previstos no artigo 195, além de outras fontes e organizadas com base nas seguintes diretrizes: descentralização político administrativa e participação popular, por meio de organizações representativas na formulação e no controle das ações em todos os níveis”.

O Fundo de Assistência Social, mais do que uma exigência legal, é instrumento fundamental de gestão dos recursos para a garantia da oferta de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Isto torna a estruturação e a organização dos fundos e conseqüentemente o aprimoramento da gestão orçamentária e financeira necessidades prementes e um desafio a ser enfrentado pelos gestores em cada esfera de governo.

A transferência fundo a fundo é um instrumento de descentralização de recursos disciplinados em leis específicas que caracterizam-se pelo repasse diretamente de

fundos da esfera federal para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal, dispensando a celebração de convênios.

Os repasses ocorrem por meio de transferências "fundo a fundo", realizadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, ou pelo fundo estadual de assistência aos fundos municipais, de forma regular e automática, propiciando que os gestores disponham dos recursos previamente pactuados nas comissões intergestoras (CIB e CIT) e deliberados nos conselhos de assistência social, para o cumprimento de sua programação de ações e serviços.

Existem algumas condições necessárias para recebimento de recursos do FNAS, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme Art. 30 da LOAS que são:

- a) a constituição do conselho de assistência social;
- b) a elaboração do plano;
- c) a instituição e funcionamento do fundo, com alocação de recursos próprios do tesouro em seu orçamento;
- d) constituir Unidade Orçamentária para cada Fundo de Assistência Social nas respectivas esferas de governo contemplando os recursos destinados às Ações/Serviços de Assistência Social (as parcelas do cofinanciamento federal, estadual e municipal).

O **controle social** é realizado pelos Conselhos, conferências, audiências públicas e outras instâncias de participação. Os Conselhos por sua vez, possuem o papel de vigilância de direitos e fiscalização dos recursos públicos.

O município de Santa Terezinha do Progresso dispõe de recursos financeiros conforme mostra a tabela a seguir.

Ano	Orçamento do município Orçado
2018	R\$ 1.200.000,00
2019	R\$ 835.000,00
2020	R\$ 805.000,00
2021	R\$ 860.000,00

No que tange aos **recursos necessários** sugere-se a aplicação de 5% da receita líquida do Município, direcionado para o FMAS, conforme deliberado na Conferência Municipal de Assistência Social.

## IX MECANISMOS E FONTES DE FINANCIAMENTO

### Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Município

Destacamos que o PPA do município está em fase de elaboração.

<b>Proteção Social Básica / mês</b>	
	<b>Valor</b>
Piso básico fixo	R\$ 6.000,00
<b>Proteção Especial de Média Complexidade</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento da média complexidade	R\$ 0,00
<b>Proteção Social Especial de Alta Complexidade</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento da alta complexidade	R\$0,00
<b>Benefícios Eventuais</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento de Benefícios Eventuais	R\$0,00

Fonte: RI de programas e ações (MDS, 2017)

### Orçamento Mensal do Governo Federal destinado ao Município/mês

<b>Incentivo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>	<b>Teto Financeiro</b>
IGD- Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família	Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	R\$ 1.430,00
IGD – Índice de gestão descentralizada do SUAS	Índice de Gestão do SUAS	R\$ 519,94

Fonte: RI de programas e ações (MDS, 2017)

<b>Proteção Social Básica/ mês</b>	
	<b>Valor</b>
Piso básico fixo	R\$ 6.000,00
Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos	Até R\$ 7.675,00
<b>Proteção Social Especial</b>	
	<b>Valor</b>
PAEFI	R\$ 0,00
Medida socioeducativa	R\$ 0,00
Reabilitação	R\$ 0,00

Fonte: RI Proteção social especial (MDS, 2017L)

#### **Orçamento Anual de Repasse de Recursos do Governo do Estado de Santa Catarina**

<b>Proteção Social Básica / ano (2017)</b>	
	<b>Valor</b>
Piso básico fixo	R\$ 24.324,32
<b>Proteção Especial de Média Complexidade</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento da média complexidade	R\$ 0,00
<b>Proteção Social Especial de Alta Complexidade</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento da alta complexidade	R\$ 0,00
<b>Benefícios Eventuais</b>	
	<b>Valor</b>
Cofinanciamento de Benefícios Eventuais	R\$ 0,00

## X COBERTURA DA REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS

### 10.1 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Equipamento – Proteção Social Básica	Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas										
<p><b>Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:</b> Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) expressa um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como sócio-educativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso a renda e especialmente acompanhamento sócio-familiar. Esse programa é desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O PAIF tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. As famílias que procuram por esse serviço são as que estão em vulnerabilidade social, ou seja, estão sem renda.</p>	480										
<p><b>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:</b> O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária.</p> <table border="1" data-bbox="791 1178 1150 1346"> <tr> <td>Crianças até 06 anos</td> <td>05</td> </tr> <tr> <td>Crianças de 06 à 15 anos</td> <td>58</td> </tr> <tr> <td>Adolescentes de 15 à 17 anos</td> <td>18</td> </tr> <tr> <td>Idosos(as)</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Família</td> <td>480</td> </tr> </table>	Crianças até 06 anos	05	Crianças de 06 à 15 anos	58	Adolescentes de 15 à 17 anos	18	Idosos(as)	42	Família	480	
Crianças até 06 anos	05										
Crianças de 06 à 15 anos	58										
Adolescentes de 15 à 17 anos	18										
Idosos(as)	42										
Família	480										
<p><b>Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos:</b> Este Serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa à garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento (MDS, 2009, p. 16). Este Serviço ainda está se estruturando, sendo que, a equipe já realiza atendimentos às pessoas idosas e com deficiência no domicílio, contemplando os objetivos esperados.</p>	Ano/2017 aproximadamente 12 pessoas com deficiência e 20 pessoas idosas foram atendidas.										
<p><b>Programa Bolsa Família:</b> O programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda condicionada, que concede benefício financeiro às famílias com renda <i>per capita</i> de até R\$: 164,50 e buscar integrar o pagamento de benefício ao cumprimento de compromissos assumidos pela família por meio de compromissos assumidos pela família por meio das condicionalidade nas áreas de educação e saúde.</p>	170										
<p><b>Benefício de Prestação Continuada – BPC:</b> São encaminhados através do setor de Assistência Social ao INSS para receberem o valor de 01 (um) salário mínimo, as pessoas portadoras de deficiência e idosos acima de 65 anos com renda <i>per capita</i> familiar de até ¼ do salário mínimo que comprovem não ter condições de prover a sua</p>	59										

própria subsistência ou de tê-la provida por sua família.	
<b>Equipamento – Proteção Social Especial de Média Complexidade</b>	<b>Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas</b>
CREAS	0
<b>Equipamento – Proteção Social Especial de Alta Complexidade</b>	<b>Nº de Famílias Atendidas e/ou Acompanhadas</b>
Abrigo Institucional (Convênio com Casa Lar do município de Campo Erê)	0

Fonte: Estado de Santa Catarina (2017)

## 10.2 EQUIPAMENTOS DAS DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS

<b>Estabelecimentos de Saúde</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Posto de Saúde</b>	<b>1</b>
<u>Posto de Saúde Central</u> Rua: Ernesto Francisco Cardoso – Centro Telefone: (49) 3657-0262	
<b>Unidade de ESF</b>	<b>1</b>
Rua: Ernesto Francisco Cardoso – Centro Telefone: (49) 3657-0262	
<b>Unidade móvel</b>	<b>0</b>
<u>SAMU Maravilha</u> Avenida Euclides da Cunha, 1170  <u>Corpo de Bombeiros Maravilha:</u> R. Hercílio Luz, 475 – Progresso Telefone: 3664-6640	
<b>Secretaria de Saúde</b>	<b>1</b>
Rua: Ernesto Francisco Cardoso – Centro Telefone: (49) 3657-0262	
<b>APAE</b>	<b>0</b>
Rua: Av Astor Schoeninger, 183 Telefone: (49) 3655-1195	

Fonte: CNESNet - Consulta: Tipos de Estabelecimento (MDS, 2017)

A rede Municipal conta com unidades de serviços distribuídos da seguinte forma: 08 unidades de Estratégia Saúde da Família, 01 posto de saúde, 1 Unidade Sanitária em anexo ao posto de saúde, 01 unidade móvel do Programa de Enfrentamento as Emergências e Traumas (SAMU e Corpo de Bombeiros), sendo que está localizada no município de Maravilha).

<b>Estabelecimentos de Educação – Rede municipal</b>	
<b>Municipal - Rural</b>	<b>02</b>
<b>1-NÚCLEO ESCOLAR FLORZINHA DO CAMPO</b> Linha Campo Grande Telefone: (49) 3657-0001	
<b>2-NÚCLEO ESCOLAR MUNDO NOVO</b> Linha Mundo Novo Telefone (49) 3664-6045	
<b>Municipal - Urbana</b>	<b>01</b>
<b>3-NÚCLEO ESCOLAR SANTA TEREZINHA</b> Rua: Licínio Fabris Telefone: (49) 3657-0001	

Fonte: MOPS - Estabelecimentos de educação (MDS, 2017)

A rede municipal de Santa Terezinha do Progresso, conta com 03 escolas.

**XI – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

<b>Serviços</b>	<b>Instrumentos</b>	<b>Periodicidade</b>
Proteção Social Básica - CRAS	Grupos Focais - com usuários Grupos Focais com trabalhadores Questionário – trabalhadores Registros Mensais	Trimestral
Gestão da Política	Grupos Focais com trabalhadores Questionário – trabalhadores	Semestral

**XII - APROVAÇÃO DO CMAS**

Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social O Conselho de Assistência Social deu parecer favorável para o PPA.
Data da assembleia de deliberação: 25 de agosto de 2017
Número da Resolução: 008/2017
Nome do Presidente: Cleusa de Souza Campos
Assinatura:

## REFERÊNCIAS

- CECAD/SAGI. **Frequência simples com uma variável (Famílias)**. MDS, 2017. Projeto de Qualificação Social para Atuação de Sujeitos ou Grupos Sociais na Negociação Coletiva e na Gestão de Políticas Públicas. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – N°. 075/2005 e Primeiro Termo. DIEESE. 2007
- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Representantes do CMAS**. Santa Terezinha do Progresso: Assistência Social, 2017.
- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Lista de Beneficiários do BPC**. Santa Terezinha do Progresso: Assistência Social, 2017.
- DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Serviços de proteção social**. Santa Terezinha do Progresso: Assistência Social, 2017.
- IBGE. Pesquisa Nacional por amostra. **Síntese de indicadores 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>. Acesso em 15 junho de 2017.
- IBGE. **Perfil dos Estados Brasileiros 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- WIKIPEDIA. **Mapa de localização de Santa Terezinha do Progresso**. Wikipedia, 2017. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Miguel\\_do\\_Oeste](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Miguel_do_Oeste). Acesso em 24 de junho de 2017.
- MDS. **RI Panorama Municipal**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 25 junho de 2017.
- MDS. **RI Subsídios para elaboração do PPA**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 20 junho de 2017.
- MDS. **RI Mercado de trabalho**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 20 junho de 2017.
- MDS. **RI Bolsa Família**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 20 junho de 2017.
- MDS. **Bolsa Família**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>. Acesso em 20 junho de 2017.
- MDS. **Beneficiode Prestação Continuada**. MDS, 2017. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>. Acesso em 25 de junho de 2017.

MDS. **RI BPC**. MDS, 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>. Acesso em 20 junho de 2017.

MDS. **Estabelecimentos de Saúde**. 2017. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>. Acesso em 10 de junho de 2017.

MDS. MOPS. Escolas. 2017. Disponível em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI/Mops/>. Acesso em 10 de junho de 2017.

MDS. **RI programas e ações**. 2017. Disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#Seguranca Alimentar/](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/relatorio.php#SegurancaAlimentar/). Acesso em 10 de junho de 2017.

MDS. **RI Proteção social especial**. 2017.

MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

MDS. **Capacitação de Conselheiros de Assistência Social**: guia de estudos. Brasília, DF; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011.

PNUD. **Mapa de desenvolvimento humano**. 2003. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2003](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003). Acesso em 20 junho de 2017.

PORTAL DO IDEB. **IDEB de Santa Terezinha do Progresso**. Disponível em: <http://www.portalideb.com.br/cidade/614-santa-terezinha-do-progresso/ideb?etapa=5&rede=municipal>. Acesso em 15 de junho de 2017.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. **Histórico de Santa Terezinha do Progresso**. Santa Terezinha do Progresso: prefeitura Municipal, 2017. Disponível em: <http://staterezhaprogreso.sc.gov.br/portal/historico>. Acesso em 24 de junho de 2017.

SECRETARIA DE SAÚDE. **Famílias cadastradas na ESF**. Santa Terezinha do Progresso: Secretaria de Saúde, 2017.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**: Florianópolis/ Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 113p. Disponível em <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Sao-Miguel-do-Oeste.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2017.

SILVA Ferreira, Stela da. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Brasília: MDS, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Número de matrículas e docentes na rede municipal. 2017 [informações fornecidas pela SME para fins deste relatório em 13 de junho de 2017, informações fornecidas por telefone a AS do órgão gestor].

ANEXOS



**CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC  
ATA 010/2017

Aos vinte e cinco dias, do mês de agosto, do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, reuniram-se na Secretaria de Assistência Social, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Santa Terezinha do Progresso, inicialmente a presidente Cleusa de Souza Campos deu boas vindas a todos, apresentando a pauta com os seguintes assuntos para a discussão e aprovação: Aprovação do Demonstrativo Físico Financeiro/2016, referente ao IGD/2016 (Índice de Gestão Descentraliza) do Programa Bolsa Família, o qual teve um valor recebido no exercício de R\$: 4.244,24 e o saldo reprogramado foi de R\$: 139,29, referente ao Bloco da Proteção Social Básica (CRAS), o qual teve um valor recebido no exercício de R\$: 167.269,97 e o saldo que sobrou no final do exercício 2016 foi de R\$: 34.398,54. Esses recursos foram utilizados em atividades com os beneficiários do Programa Bolsa Família e também para adquirir materiais para melhorar a gestão do Programa, bem como pagar pessoal contratado para ofertar os serviços/programas, adaptação e conservação de imóveis. Os conselheiros, após ampla discussão e unanimidade de votos aprovaram o IGD/2016, referente ao Demonstrativo Físico Financeiro/2016, compartilhando com todos os membros presentes, as perguntas e respostas disponíveis no SUAS/WEB. Dando continuidade a reunião, foi apresentado aos conselheiros o Plano de Assistência Social (2018 – 2021) para discussão e aprovação, destacando-se sobre as metas e propostas para os próximos quatro anos, informando os planos e projetos que serão desenvolvidos, qual seu público alvo e os recursos que serão gastos e onde serão aplicados. O Plano de Assistência Social é um instrumento que favorece a administração dos recursos, avalia resultados, propõe novas formas de intervenção, buscando sempre uma melhoria na realidade dos usuários da política de Assistência Social. Diante do exposto o Plano Municipal de Assistência Social foi aprovado por todos os membros desse conselho. Ficou aprovado também que será extraído às metas apontadas no Plano de Assistência Social – 2018-2021, para comporem a parte do Plano Plurianual do Fundo Municipal de Assistência Social. Na oportunidade, a presidente também relatou aos conselheiros que foram adquiridos alguns materiais permanentes: uma impressora jato de tinta colorida, um televisor 42", uma congelador duas portas, uma máquina de algodão doce e dois fornos elétricos, pagos com recursos próprios e recursos federais,

*Cleusa de Souza Campos*

foi relatada também a necessidade de adquirir mais alguns materiais permanentes para melhorar o espaço e atendimento ao público, sendo eles: um Purificador de água, uma Cozinha, um armário embutido, divisórias para as salas, três notebooks, duas impressoras colorida com depósito de tintas, dois armários para sala, fogão à gás, mesa para escritório em T., duas cadeiras estofadas, uma cadeira com rodinhas, os quais serão adquiridos com recursos do cofinanciamento Estadual e Federal. Importante ressaltar que todos os materiais adquiridos e os que serão adquiridos, todos serão por processo licitatório, exceto a máquina de algodão doce. Justifica-se a compra da cozinha e do fogão à gás, pelo fato do CRAS estar em novas instalações, pois a antiga não era de acordo com as tipificações exigidas do espaço físico do CRAS, resalta-se que a cozinha adquirida com recursos do cofinanciamento estadual era sob medida e a mesma não coube na nova instalação, o mesmo aconteceu com o fogão à gás e os seis climatizadores, todos ficaram no espaço antigo, cedido para a secretaria da agricultura. O Conselho Municipal de Assistência Social aprovou por unanimidade a compra dos móveis. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente ata que será aprovada e assinada por todos os presentes.

Ana A.S. Segredo *Neuadermaite anterior a t kaler*  
 Wádia Loure *Belene palmaso, (circled), pleuro sup ramp*  
 Neuzza Russo *Amorí Rios*  
 Marcia Jacoby *U - 9 - - v - - Manuella Borges.*  
 Karine Velhetti  
 Lidiane Sechi



**CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO - SC

**RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2017**

Dispõe sobre a aprovação do PPA – Plano Plurianual de Assistência Social, instrumento da política de Assistência Social do município de Santa Terezinha do Progresso.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições no que tange ao controle e acompanhamento das questões relativas ao financiamento da Política Pública de Assistência Social em âmbito local:

Considerando a deliberação da plenária sobre a pauta apresentada e discutida na reunião Ordinária realizada no dia 25 de agosto de 2017.

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Aprovar o PPA – Plano Plurianual de Assistência Social, para os próximos 4 anos, 2018 à 2021.

**Artigo 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso, 25 de agosto de 2017.

Cléusa de Souza Campos

Presidente do CMAS





